

III - PROJETO EDUCATIVO

O primeiro objetivo do Projeto Educativo é definir os grandes eixos ou parâmetros educativos que, de uma forma estável e cada vez mais consolidada, constituem a Matriz Educativa e Pedagógica do CDDS. Relativamente aos grandes objetivos que se definem como o seu alcance educativo, esclarece-se o modelo de aluno que se propõe formar, caracteriza-se a natureza da educação, a organização do seu processo, as responsabilidades e as relações existentes na Comunidade Educativa, formaliza-se o perfil de professor e de funcionário, determinam-se as atribuições de cada um, as competências e poderes dos órgãos de direção, gestão e administração e delimita-se o papel de ação e participação dos intervenientes externos à Comunidade Educativa. Porém, o Projeto Educativo não é um corpo imóvel e estático de princípios, convenções ou orientações. Ele problematiza, analisa, afere, valoriza e avalia o processo educativo, redefinindo, de forma concreta e periódica, a situação educativa, conformando continuamente a coerência entre os grandes princípios ou objetivos educativos e o estado da situação educativa, identificando problemas ou obstáculos que necessitem de atenção e reflexão, planeamento, reformulação de ações estratégicas, implementação de projetos intermédios e avaliação, de tal sorte que cada momento educativo seja uma aproximação de excelência aos grandes princípios educativos inicialmente definidos.

O segundo objetivo do projeto é, portanto, resolver, de forma organizada e planificada, os problemas previamente identificados da realidade educativa, aproveitando para isso os recursos disponíveis e respeitando certas restrições impostas pela tarefa a desenvolver e pelo contexto. Ao surgir de uma ou várias necessidades identificadas no contexto educativo, ele deve revelar os interesses pessoais da Comunidade Educativa e os seus objetivos de aprendizagem. Isso remete para uma reflexão na qual se confrontam, por um lado, as necessidades, e, por outro, os meios para satisfazê-las. O Projeto Educativo, por ser coletivo, requer o compromisso de cada um dos membros da Comunidade Educativa na organização conjunta das atividades a realizar. Deve ser avaliado de forma permanente, confrontando o trabalho realizado com o projetado, analisando também o processo de realização, e, finalmente, aferindo o impacto que ele teve na transformação e melhoria da Comunidade Educativa.

A matriz educativa e pedagógica do Projeto Educativo constitui o conjunto de princípios, objetivos, estratégias e metodologias de âmbito Educativo e Pedagógico que reproduzem, de forma sistemática e estratégica, as opções educativas estruturantes definidas no Ideário Educativo do CDDS. Ela preconiza, por isso, as orientações estáveis e permanentes de todo o processo educativo do CDDS, as diretrizes organizacionais, funcionais e interrelacionais da Comunidade Educativa e os valores educativos e formativos fundacionais, a partir dos quais se constrói, renova e atualiza toda a situação educativa e as estratégias de inovação e modernização educativa. É essa referência fundacional que atribui à matriz educativa e pedagógica o seu caráter de Projeto Educativo permanente.

D. IDENTIDADE EDUCATIVA DO CDDS

6. Da fundação à maturidade

36. O Projeto Educativo do CDDS pretende clarificar e precisar o modelo educativo que propõe. Apesar de ser construído sobre um ideário próprio e específico, não se afirma pela exclusividade de uma visão unilateral e impositiva de valores e opções educativos, mas por um modelo de educação plural, eclético, quanto aos valores, objetivos e metodologias pedagógicos, respeitando outras possíveis visões educativas e salvaguardando a individualidade de cada aluno, a sua confissão religiosa, proveniência social, a opção política ou outras escolhas fundamentais de vida.
37. O CDDS, fundado no dia 30 de agosto de 1949, é propriedade do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo, da Arquidiocese de Braga. O CDDS foi criado com o intuito de proporcionar o acesso ao ensino, numa época em que o ensino público não era extensível a todas as regiões do país, mormente ao interior norte, sendo ainda de acesso dificultado pela existência dos exames de admissão aos liceus. Apenas estes, à altura, dispunham do exclusivo dos cursos complementares que disponibilizavam aos alunos com residência próxima.
38. Alguns anos após, sob a direção de Monsenhor Elísio Fernandes de Araújo, por volta de 1953, foi a qualidade educativa e formativa do CDDS que fez com que alunos provenientes de Faro, Lisboa, Torres Novas, Guarda, Tomar, Angola, Moçambique e Guiné ingressassem no CDDS, onde o ambiente familiar, a exigência na aprendizagem e a educação marcada pelos valores humanos, cívicos e religiosos lhe granjearam, progressivamente, reputação e procura. A Reforma Educativa da década de 80 do século passado, de que o Colégio foi “escola-piloto”, as grandes obras de ampliação das instalações do CDDS e, finalmente, a autonomia pedagógica adquirida em 1990 exponenciaram substancialmente a frequência do CDDS.
39. O CDDS é, hoje, uma instituição particular de ensino, com sede na rua Conselheiro Bento Miguel, na cidade de Braga, com oferta educativa plural e sem restrições confessionais, ideológicas ou sociais, embora sujeito às condicionantes físicas, materiais e humanas de que dispõe.

7. Modelo educativo inspirador

40. O modelo educativo do CDDS advém da inspiração da cultura cristã, que promove como princípio superior da educação o desenvolvimento integral da pessoa humana em processo de formação, numa Comunidade Educativa, com ambiente familiar e com forte sentido de autorresponsabilidade e autodisciplina.
41. O CDDS constitui-se como Comunidade Educativa familiar, onde o encontro de gerações, diferenças culturais e de mentalidade, o convívio com alunos de origens geográficas, culturais, sociais, económicas e religiosas diversificadas valoriza a pluralidade de mentalidades e o âmbito da socialização, conferindo ao percurso educativo um enriquecimento humano e sociológico determinante para o aprofundamento da compreensão, da tolerância e da convivência pessoal.
42. É propósito educativo do CDDS proporcionar aos alunos e às famílias os meios e os recursos indispensáveis para o conhecimento interior de cada um, a descoberta e formação da sua personalidade e caráter, de forma que cada aluno tenha a possibilidade real de iniciar a construção do seu projeto de vida futuro, alicerçado em aprendizagens inovadoras e sólidas, capacidades diversificadas bem experimentadas, incorporação bem estruturada de valores

orientadores de vida, liberdade para a imaginação dos sonhos futuros, percepção consciente das limitações e condicionantes hodiernas da vida e um sentido de desafio e deliberação para a intrepidez e audácia de enfrentar positivamente o futuro.

43. As inumeráveis gerações de alunos que frequentaram o CDDS, e que hoje se encontram dispersas pelos diversos quadrantes da vida pública e profissional, atestando a qualidade da sua formação e educação, são o melhor testemunho do modelo consistente de educação recebida, motivação madura para as gerações mais jovens, incentivo para a renovação contínua do CDDS, face aos permanentes desafios, e a comprovação do êxito das opções educativas do CDDS.
44. O personalismo cristão, que integra o ensino, a educação, a formação e a evangelização, constitui a inspiração superior do Projeto Educativo do CDDS, identificando-o como um projeto voltado para a pessoa, não para o sistema ou a estrutura, mas proporcionando espaço de compromisso e de educação científica, técnica, humana e cristã, ressaltando que os referentes da proposta axiológica e dos princípios da Mensagem Cristã são determinantes na formação, interação e vivências educativas que propõe.

E. PRESSUPOSTOS EDUCATIVOS

45. A proposta educativa do CDDS estrutura-se segundo um conjunto de pressupostos que determinam e fundamentam a orientação educativa e formativa global e, em simultâneo, enformam todo o processo, ações, estratégias ou opções de direção, gestão e administração.

8. Cultura educativa antropológica

46. A educação é um processo complexo, por corresponder à fase de construção da identidade pessoal do aluno. Cada aluno é um ser humano singular, que não reproduz em si um modelo educativo estereotipado imposto. Antes, constrói-se a si próprio, de acordo com os estímulos, referentes, valores, conhecimentos, aprendizagens e experiências educativas que lhe são proporcionadas. O respeito e consideração pela história individual de cada aluno sugerem uma cultura educativa antropológica que integra valores, modos de vida, reflexões, tradição, culturas construídas com esforço, dificuldades, progressos e alegrias, descobertas, imprevistos e conquistas que constituem mundividências específicas de cada educando. O aluno, ser humano ímpar, é cooperador e sujeito da sua educação.

9. Cultura educativa socialmente integradora

47. A versatilidade e presteza com que a sociedade contemporânea transforma, suprime, reconstrói e segrega os seus esquemas organizacionais e os sinais de vanguarda da sua estrutura evolutiva fazem supor que a adequação dos modelos educativos contemporâneos aos processos de transformação da sociedade se tenha como cada vez mais difícil. O modelo educativo do CDDS pondera, como pressuposto, a necessidade de previsão de evolução social, a atenção aos sinais dos tempos, de modo a investir nas formas mais adequadas e nos modelos mais atuais de integração dos seus educandos no mundo social. Este pressuposto reserva atenção especial às mudanças técnicas, científicas, aos valores e aos desafios mais sensíveis de concorrência social com que os educandos serão futuramente confrontados, e acompanha os desafios inovadores com que a sociedade vai reconstruindo os sinais do futuro. Não com submissão aos modernismos ou modismos efêmeros que a sociedade segrega e rapidamente abandona, mas com atenção ao indefetível, ao consistente, antecipando as grandes vias e opções com que

o presente olha o futuro.

10. Cultura educativa cívica

48. A educação do ser humano estrutura-se em compromissos, inter-relações, iniciativas, integrações que o valorizem como cidadão. A cultura cívica propõe educar o aluno para a identidade da sua comunidade social, para o sentido de pertença ativa e interventiva, para o espírito de iniciativa, para a largueza da solidariedade, para a convivência cívica, favorecendo a dimensão mais vasta da realização do ser humano. A atenção aos problemas da comunidade, às carências, às ruturas, às inovações, às desestruturas sociais, aos deveres e direitos que organizam as relações e às formas de comunicação em sociedade são um exercício educativo prévio ao futuro empreendedor do cidadão consciente e responsável que sente, percebe, analisa e atua criticamente no seu espaço humano e cívico próprio.

11. Cultura educativa inovadora

49. Toda a educação é, pela sua natureza, um processo inacabado, suscetível de revisões, ajustamentos e inovações. Só ela se encontra ao serviço do ser humano, evolutivo e transformado e não subserviente a sistemas ou estruturas. A dimensão prospetiva da educação é uma inquietação de método, de princípio e de planificação contínua. A intenção não é aprisionar previamente a realidade futura, ajustando-a eternamente a esquemas já conseguidos ou consolidados. A cultura da inovação educativa é um pressuposto que conduz à autocrítica, à avaliação sistemática, à renovação, à dinamização e procura do novo, do futuramente ajustado e justificado, à depuração do obsoleto, por muito válido que tenha sido em experiências pretéritas.

12. Cultura educativa com memória

50. Situado no tempo, no espaço e num contexto humano, o aluno transporta consigo as memórias, valores, normas, experiências que assimilou na socialização familiar. O processo educativo nunca poderia ser uma soma de momentos educativos estanques, independentes e dissociados, sem integrar a história e memória educativa de cada aluno. O CDDS, por sua vez, contextualizado no tempo e no espaço, é, hoje, também, o produto das suas memórias educativas, dos dinamismos educativos da sua história institucional. As memórias pessoais, familiares e institucionais trazem ao processo educativo o desafio da integração e inclusão, enquanto todas elas transportam opções, valores, sensibilidades, orientações e escolhas que constroem o princípio da unidade histórica do sujeito, dos projetos educativos e das opções educativas das famílias.

13. Cultura educativa humanista e personalista cristã

51. A dimensão transcendente do ser humano induz a percebê-lo como o grande Projeto Educativo de Deus, conforme esse mistério nos é desvendado na epifania da criação, no mistério da cruz e na consciência humana. O percurso existencial humano é histórico, mas convocado a uma dimensão que ultrapassa as contingências da matéria, da morte, da dor, e se enraíza numa esperança ilimitada de fé. Se o homem, como projeto de Deus, é chamado a partilhar a esfera do divino, a educação deve personalizar e elevar a percepção imediata da contingência finita da natureza humana até ao pleno sentido da vida em Deus, conferindo ao projeto de vida de cada ser humano o sentido da partilha da história humana e da história divina.

14. Cultura educativa solidária, integradora e inclusiva

52. As relações educativas estruturam-se com base em interações de coesão humana e social, a partir da diversidade de capacidades, das fragilidades emocionais, cognitivas e da diferença de competências. A educação é entendida como o desenvolvimento de relações que integram e incluem, como momentos solidários que integram os mais frágeis no esforço de sucesso e de êxito pessoal e comunitário, pois é do sucesso integrado e inclusivo de todos os membros da comunidade educativa que se constrói o sucesso das aprendizagens e o perfil de cidadão competente e interventivo no final da escolaridade obrigatória.

F. PRINCÍPIOS EDUCATIVOS ORIENTADORES

15. Objetivos Educativos Gerais

53. Os objetivos educativos gerais deduzem-se dos princípios e fundamentos educativos definidos no Ideário Educativo e dos pressupostos ou cultura educativa que o CDDS pretende implementar. Os objetivos educativos gerais correspondem aos princípios diretores de toda a ação educativa, da organização, direção, gestão e administração, e constituem os grandes eixos orientadores da vida da Comunidade Educativa, para os quais deve convergir o esforço educativo, as aprendizagens e saberes, a conceção de saber, a estratégia pedagógica e as ações e conceções didáticas. Por corresponderem à definição da Identidade Educativa do CDDS, eles são estáveis, não negociáveis, embora suscetíveis de avaliação e reformulação no modo de realização ou nos objetivos específicos que os concretizam ou implementam de forma calendarizada para cada triénio.

16. Educar e formar a pessoa humana de modo integral

54. Ajudando progressivamente o aluno na descoberta de si mesmo, mediante o reconhecimento e desenvolvimento das suas capacidades humanas, físicas, intelectuais, volitivas e afetivas, aprendendo a integrar na formação da sua personalidade e caráter as suas qualidades e as limitações que condicionam o seu desempenho.
55. Sensibilizando o aluno para a descoberta e desenvolvimento da sua dimensão social, através do conhecimento da identidade e características da sua comunidade humana e social, do estudo da realidade social com as suas transformações e permanências, das diferentes mentalidades e da riqueza ideológica que nelas se afirmam, da análise das suas dinâmicas de vida, de trabalho, de organização, das formas de integração e participação ativa.
56. Consciencializando o aluno para a relevância da ética e da sua vocação transcendente e, portanto, para a interiorização do sentido da existência humana, da vida, da história e do mundo.

17. Educar com liberdade, na liberdade e para a liberdade

57. Motivando o aluno a entender a importância da educação como instrumento de formação de pessoas livres, que se realizam como pessoas no exercício total e responsável da sua liberdade.
58. Estimulando os educadores a atuarem como seres livres, respeitadores da liberdade de ser, pensar e agir dos outros, de modo que a sua ação se constitua como modelo e referência de conduta e procedimento.

59. Incentivando o aluno a aprender a construir por si próprio o seu pensamento, de forma autónoma e refletida, a habituar-se a atuar por convicção própria e deliberação crítica, ponderando as razões da sua atuação, a buscar os princípios que fundamentam as suas escolhas e as suas opções de vida.
60. Induzindo o aluno a incorporar a liberdade como valor mútuo e recíproco na sua personalidade e convivência, nas relações pessoais e no ambiente de vivência e de aprendizagem da Comunidade Educativa.

18. Educar com valores ético-morais

61. Acentuando a importância da educação para os valores como forma de orientação do aluno para a sua valorização pessoal, a construção da sua identidade pessoal, quer como pessoa, quer como membro de uma comunidade.
62. Motivando o aluno para a vivência de atitudes que se conformem com os valores, de modo a estabelecer uma relação de coerência entre o ser e o agir, entre o pensar e o escolher, entre o decidir e o atuar.
63. Ressalvando os valores ético-morais evidenciados pela cultura personalista e humanista cristã sobre a vida, o homem, a família, o saber, o afeto, a educação, a felicidade, a justiça, a igualdade, a liberdade, a partilha e boa gestão dos bens materiais, a consciência, a verdade, como alicerces da dinâmica de funcionamento da Comunidade Educativa e da convivência social.

19. Educar na abertura ao transcendente

64. Despertando a consciência do aluno para o aprofundamento do mistério do homem como manifestação do mistério de Deus, percebendo, na experiência humana, a presença de uma dimensão transcendente que dá sentido à vida e às opções fundamentais que marcam a existência humana.
65. Aprofundando a experiência da proximidade de Deus na existência humana como explicação para as realidades aparentemente contraditórias ou sem sentido que preenchem as razões de tanto sofrimento humano, para o mistério da dor e do mal, para a contingência vital do corpo e para os limites da compreensão humana.
66. Sensibilizando para a aceitação do crescimento humano como interiorização da dignidade humana, na realização pessoal e na aspiração ética a uma vida realizada.
67. Valorizando o percurso da vida humana como a realização do mistério da simplicidade e grandeza a que o homem é convocado por Deus, no dom gratuito de si, na comunhão plena que une toda a humanidade.

20. Educar e formar com futuro

68. Proporcionando, hoje, os conteúdos, meios, instrumentos, estratégias, pedagogia e didática que se ajustem aos desafios futuros da sociedade, reconhecendo que o saber científico, conhecimento técnico e as competências adquiridas se encontram num processo de renovação e superação contínuas.

69. Advertindo para a **crescente necessidade de formação especializada, formação contínua, permanente inovação e abertura ao novo, flexibilidade e pluralidade de competências**, perante a transformação do mercado de trabalho, a mudança de perfil do profissional competente, a versatilidade necessária para defrontar os novos desafios culturais e sociológicos e as capacidades cada vez mais complexas e completas exigidas pelas novas técnicas e ciências emergentes.
70. Suscitar no aluno a **necessidade de se familiarizar com metodologias exigentes, sistematizadas e produtivas de trabalho**, recorrendo ao rigor de análise, ao sentido crítico, ao trabalho de grupo, à investigação organizada, à inovação, como princípios metodológicos geradores de qualidade de trabalho e qualidade profissional, ante os desafios de seletividade e de excelência emergentes no mercado de trabalho.

21. Educar pela cidadania e para a cidadania

71. Desenvolvendo o conhecimento, a compreensão, as capacidades, as atitudes e os valores que ajudem o aluno a **desempenhar um papel ativo na comunidade local, regional, nacional, internacional**, estando informado e consciente dos seus direitos, responsabilidades e deveres e compreendendo que pode ter influência e marcar a diferença na respetiva comunidade de pertença.
72. Fomentando a **responsabilidade social e moral do aluno**, através da aprendizagem da autoconfiança e de comportamentos social e moralmente responsáveis, dentro e fora da sala de aula, perante a autoridade e perante si próprios.
73. Estimulando a **participação do aluno na comunidade**, levando-o a aprender como se tornar útil na vida e nos problemas que afetam as comunidades de pertença, através das quais também aprende.
74. Sensibilizando o **aluno para a literacia política, aprendendo acerca das instituições, problemas e práticas da democracia e das formas de participar efetivamente na vida política, social, comunitária e eclesial**, em diferentes níveis de compromisso, segundo as capacidades, valores e conhecimentos que essa participação envolve.
75. Consciencializando o **aluno de que a sociedade depende de cidadãos que sejam conscientes dos seus direitos e responsabilidades, informados acerca dos temas políticos e sociais, preocupados com o bem-estar dos outros**, coerentes nas suas opiniões e argumentos, influentes através da sua ação, ativos na vida da comunidade e responsáveis na sua ação cívica.
76. Educar pelo movimento, destacando a **relação existente entre a motricidade, a mente e a afetividade, que facilita a abordagem global**, influenciando na formação e na prevenção de dificuldades educacionais. Os alunos expressam sentimentos, emoções e pensamentos, ampliando as possibilidades de uso significativo de gestos e posturas corporais.

22. Conceção de Saber

77. A conceção de saber **constitui a base de todos os conhecimentos, aprendizagens, competências, capacidades, atitudes e estratégias a proporcionar ao aluno**, que devem ser orientados para a **ação e experimentação, sem formarem um corpo meramente teórico**, mas um **saber cognoscitivo contextualizado**, capaz de garantir a **análise, interpretação e compreensão da realidade circundante**. A conceção do saber deduz-se dos objetivos educativos de forma transversal, atravessando os modos convencionais de organização

disciplinar do conhecimento cognoscitivo, tornando os saberes básicos inteligíveis à luz das propostas educativas apresentadas neste projeto.

78. A conceção de saber, preconizada neste projeto, **salvaguarda o aprender a aprender** como o fundamento para aprendizagens autónomas, implicando o desenvolvimento de estratégias cognitivas e, também, de estratégias metacognitivas, como sejam a reflexão crítica ou a monitorização dos próprios processos de aprendizagem. Este é, indubitavelmente, um saber nuclear: sem “aprender a aprender”, não há aprendizagem ao longo da vida.
79. A conceção de saber valoriza a **capacidade de comunicar adequadamente**, de saber usar diferentes línguas, linguagens e sistemas de comunicação, suportes e veículos de representação, simbolização e comunicação. Entre as vertentes abrangidas por esta competência, destacam-se o domínio competente da língua materna, o domínio e comunicação de duas línguas estrangeiras, o uso da imagem e expressão corporal para se fazer entender pelos outros, a capacidade de compreender e comunicar mediante signos e representações estéticas, e a exploração das TIC como meio de comunicação, quer presencial, quer à distância.
80. A conceção de saber **valoriza uma cidadania ativa e autónoma**, expressa no agir responsabilmente sob o ponto de vista pessoal e social. É a vertente axiológica dos saberes que tem que ver com o agir, num quadro ético de responsabilidade, solidariedade e tolerância.
81. A conceção de saber **desenvolve o espírito racional**, ou seja, a capacidade para emitir uma opinião pessoal com base em argumentos. Trata-se de uma competência que não se desenvolve em abstrato, mas faz apelo a conhecimentos multidisciplinares. Representa um contributo importante para o exercício pleno da cidadania, nomeadamente porque leva as pessoas a procurarem as razões sobre o estado das coisas e, como tal, envolve escolhas e opiniões refletidas.
82. A conceção de saber **capacita para resolver situações problemáticas e conflitos**, competência transversal que envolve estratégias diferenciadas, como sejam as relativas à tomada de decisão, a processos de pesquisa, à transferência e integração da informação e ao desenvolvimento de competências de mediação, negociação e de assunção do risco.
83. A conceção de saber, pressuposta neste projeto, **preconiza a dimensão experimental e prática do aprender**, onde o conhecimento e as aprendizagens acontecem e se solidificam, mediante a pesquisa, a investigação, a indagação e a descoberta de metodologias geradoras de questões e soluções, de espírito inventivo e inovador, porque os conhecimentos e competências possuem contexto, razão de ser e explicação positiva.
84. A conceção de saber **valoriza o aprender crítico e significativo**, enquanto autonomiza e consolida a aprendizagem, capacita metodologias sólidas de aprendizagem, sistematiza, relaciona e articula transversalmente saberes multidisciplinares e constrói no aluno capacidades e competências próprias de busca de conhecimento e integração prática do mesmo na vida para a resolução de problemas.
85. A conceção de saber **favorece a capacidade evolutiva do aluno e o seu crescimento e desenvolvimento pessoal**, mormente das qualidades e valores que progressivamente acrescentam a solidificam a maturidade de pensar, agir e ser em sociedade e no trabalho.

G. CONCEÇÃO PEDAGÓGICA

23. Modelo Pedagógico

86. **Pedagogia personalizada e significativa** - A pedagogia é compreendida, neste projeto, segundo o princípio de que todo o processo de aprendizagem acontece a partir da realidade do aluno, com a finalidade de compreendê-la, construir conhecimento e transformá-la. Considera-se a realidade educativa não como um fim em si mesmo, mas como um subsídio para encontrar novas adequações de agir e soluções de aprendizagem personalizadas e significativas. Desta forma, o aluno é o protagonista nesse processo, cabendo-lhe a descoberta, a participação, a autonomia e a iniciativa. Acredita-se na possibilidade da autoformação do aluno pela capacidade de questionar, experimentar e avaliar, com sentido crítico, autonomia e vontade transformadora, que entende o processo da sua formação como um direito de cidadania.
87. **Pedagogia diferenciada** – Considera-se que a integração do aluno no grupo/turma não o submete a processos de aprendizagem massificados e globalmente uniformes, mas se ponderam e se proporcionam pedagogias diferentes e ritmos de aprendizagem diferenciados, ajustados às distintas necessidades educativas dos alunos no processo de aprendizagem e de avaliação formativa de cada um.
88. **Pedagogia humanista** – A tradição pedagógica do CDDs, desde a sua fundação, desenvolve-se a partir da experiência e da reflexão educativas, centradas no entendimento dos alunos como sujeitos ativos do processo educativo, e em favor dos quais se ordena todo o trabalho da Comunidade Educativa, os recursos, projetos e ações educativas.
89. **Pedagogia integral** – Pretende-se que todos os esforços e trabalhos pedagógicos favoreçam o crescimento e desenvolvimento total do aluno: não só a aprendizagem, a aquisição de informação e conhecimento de dados, as destrezas e competências, os métodos e os hábitos, mas também que esta atenda às demais dimensões humanas do aluno, segundo as suas necessidades, e que favoreça o ambiente de amadurecimento humano.
90. **Pedagogia da presença** – A pedagogia da presença está comprometida em transformar o acompanhamento individual do aluno numa vigilância preventiva e numa relação de proximidade que implica “estar com”, “estar próximo”, “estar com alegria e dedicação”, sem restringir ou inibir, sabendo que o acompanhamento é educação para a autonomia, para a liberdade, para a responsabilidade e para o melhor conhecimento do aluno.
91. **Pedagogia da sobriedade** – A simplicidade nas atitudes, no consumo e nas relações humanas orienta-se para a educação sobre a essência dos valores da vida, preterindo comportamentos duplos, construídos sobre a aparência e o exibicionismo, bem como a personalidade falsa ou a inversão de valores.
92. **Pedagogia familiar** – O ambiente, a relação e a interação dos membros da Comunidade Educativa adotam o modelo familiar, que se traduz no tratamento e acolhimento de cada aluno com simplicidade e diálogo, com respeito e carinho, proporcionando-lhe os meios, os momentos e os espaços para uma boa integração escolar.
93. **Pedagogia do trabalho** – A pedagogia do trabalho é a expressão de que o ser humano se realiza pelo seu esforço, pelo mérito, pelo rigor, pela exigência, pela conquista e pelo vencimento de obstáculos, robustecendo e fortalecendo, por esse meio, o caráter, a persistência e a constância, diante das dificuldades, o autoconhecimento das suas qualidades e limites, a confiança em si mesmo, perante desafios maiores, ultrapassando a indolência e a tentação para

a facilidade excessiva, com personalidade empreendedora e espírito de iniciativa.

94. **Pedagogia participativa** – A participação é proposta como uma pedagogia na qual o educando se transforma no construtor do seu próprio crescimento, se assume como o protagonista do processo educativo, aprendendo a ser interventivo, ativo e responsável por si, pelas suas escolhas, decisões, opiniões e ações, implicando-se na ação educativa pessoal, do grupo e da comunidade.
95. **Pedagogia do testemunho e do exemplo** – Promove-se o testemunho e o exemplo individual como um fator construtivo e promotor do bom ambiente educativo, de tal modo que o aluno tome consciência de que o bem coletivo resulta do contributo individual de cada um e do compromisso de produzir comportamentos, atitudes, relações e ações modelares.
96. **Pedagogia de vida** – O processo educativo está orientado para a vida, a qual é o lugar da formação contínua do aluno. Por isso, a vida não é um lugar distante ou futuro, mas o espaço onde os saberes e conhecimentos se enquadram, ganham sentido e vinculam o aluno à relação entre o saber e a existência. Isto requer uma capacidade de adaptação, tanto a nível de conteúdos como de métodos, para garantir ao aluno os instrumentos necessários de síntese e enquadramento, evitando as experiências de aprendizagem alheias à realidade.
97. **Pedagogia solidária** – A mundividência da solidariedade alargada, concreta e, também, próxima constitui uma importante sensibilidade perante as situações de pobreza, limites e injustiças que surgem no contexto social. Isso sugere um estilo pedagógico marcado pela preferência e proteção do mais débil, através da delicadeza, da entrega generosa, pela não discriminação, pelo saber dissimular as dificuldades alheias e pelo incentivo em ajudar a superá-las. Prestar atenção aos alunos com maiores dificuldades é criar estruturas de apoio e de inclusão, grupos de recuperação e ajuda mútua, e estimular, paciente e atenciosamente, os que mais necessitam de recuperação.
98. **Pedagogia prospetiva** – Sendo o saber e a educação resultado de processos presentes, a motivação e formação dos alunos está sempre orientada para o futuro no sentido de lançar hoje os princípios, valores e compromissos que projetam a pessoa no futuro. Sendo a formação cada vez mais alargada, plural e contínua, importa evidenciar neste tempo a sua condição de alicerce de um complexo processo que se projetará necessariamente no porvir, com todas as condicionantes de superação permanente, atualização, desafio ante a inovação e renovação de arquétipos, mentalidades, metodologias e saberes.
99. **Pedagogia de método** – O estudo e formação deverão proporcionar uma autodescoberta das capacidades de organização, sistematização, investigação e aplicação dos saberes. Sendo importantes a multiplicidade e a consistência dos saberes, eles deverão sempre resultar de passos metodológicos que se consolidam mediante processos de descoberta, repetição, inovação, memorização, reflexão, crítica e raciocínio, que constituem a aprendizagem sistemática que cada aluno descobrirá por si próprio, de modo ajustado à sua realidade.
100. **Pedagogia da descoberta** – Baseia-se nos princípios de raciocínio indutivo e/ou dedutivo e no valor pedagógico do erro no processo de ensino-aprendizagem. A colocação de um problema provoca perplexidade, confusão ou dúvida. O aluno é tentado a encontrar o seu equilíbrio pela busca de uma solução para resolver o problema apresentado.
101. **Pedagogia inclusiva** – Pressupõe a atenção à diversidade de potencialidades e dificuldades dos alunos, à sua história educativa, às motivações para a aprendizagem e às suas respostas diferenciadas aos estímulos educativos. Por isso, ela adota diferentes níveis de intervenção: medidas universais, que se disponibilizam para mobilizar as respostas educativas de todos os

alunos; medidas seletivas, que se propõem para compensar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação das medidas universais; medidas adicionais, que se propõem superar as dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição e aprendizagem, estruturadas e aplicadas de forma planificada, faseada e calendarizada.

24. Estratégias pedagógicas

102. Na sequência do modelo pedagógico preconizado, definem-se as ações e estratégias pedagógicas prioritárias que concretizam, de modo personalizado e coerente, os objetivos pedagógicos enunciados, ressalvando que a adequação das mesmas ao aluno será sempre ponderada, quer através da sua articulação conjunta, quer através da inclusão de outras estratégias inovadoras, além das que se enunciam:

- **Adotar uma pedagogia personalizada**, dinâmica e ativa que fomente a iniciativa, a criatividade e a busca da verdade.
- **Desenvolver estratégias que possibilitem e favoreçam aprendizagens e metodologias significativas e positivas**, apreendidas e consolidadas por descoberta autónoma, experimental, crítica e consciente.
- **Equilibrar os trabalhos teóricos com os trabalhos práticos**, experimentais e de pesquisa, onde o saber se comprova, exercita e aplica.
- **Exercitar a análise, interpretação e crítica de conteúdos**, capacitando para o discernimento, as convicções e tomadas de decisão.
- **Aprender a trabalhar em grupo**, em colaboração e de forma coordenada, desenvolvendo a reflexão coletiva e o confronto de ideias.
- **Acentuar a relevância da assimilação das técnicas de aprendizagem** sobre a dimensão quantitativa e desconexa de acumulação de conteúdos.
- **Programar, diferenciar e sequencializar as estratégias**, tendo em conta as necessidades do aluno, para proporcionar a aprendizagem possível e pertinente.
- **Prestar atenção aos conteúdos curriculares e ao grau de maturidade do aluno**, para adaptar o processo de aprendizagem às suas atuais capacidades, motivações e interesses.
- **Ressaltar e promover a integração e o relacionamento possível dos diferentes conteúdos curriculares** intra e pluridisciplinares, para poderem ser melhor apreendidos pelo aluno e proporcionarem visões mais amplas e globais do saber.
- **Conceber a avaliação como processo, método e instrumento formativo de consolidação** do desenvolvimento da pessoa, como indivíduo e como membro apto de um grupo e comunidade, e como momento de revisão de estratégias de aprendizagem, de competências e aprendizagens e reformulação de práticas e metodologias.
- **Suscitar uma atitude dinâmica de desenvolvimento e crescimento contínuo** aberta à necessidade de progressão, através da maturação e aprofundamento dos conhecimentos que preparem para a evolução e adaptação à mudança, como constantes da vida.
- **Humanizar e harmonizar os processos, métodos e as estratégias**, valorizando a aprendizagem como um processo construtivo de êxitos alcançados progressivamente por

cada aluno.

- **Desenvolver condições para o surgimento de relações de afinidade e amizade e uma cultura de autoridade** sem afirmações de autoritarismo, dogmatismo e intransigência, entre aluno e professor.
- **Suscitar um ambiente que possibilite ao aluno sentir-se feliz no seu trabalho**, entusiasmado como autor do seu processo de aprendizagem, construtor e promotor de iniciativas inovadoras, nas relações com os professores e colegas, em todas as atividades da Comunidade Educativa.
- **Desenvolver uma atuação preventiva que permita antecipar e prevenir o insucesso** e a aplicação de medidas multinível, ajustadas às aprendizagens dos alunos, a rentabilização de recursos e oportunidades existentes na escola e sua adequação aos alunos, mormenteos que mais necessitam dessas atenções educativas.
- **Integrar conteúdos da fé e da cultura**, convertendo-os em valores e normativos éticos e morais da vida pessoal.

103. **Consolidação de aprendizagens**; no caso de haver necessidade de consolidar **aprendizagens menos sustentadas que, apesar de não comprometerem o futuro êxito educativo dos alunos, nem inibirem a consecução da sequencialidade das aprendizagens futuras, impossibilitam o alcance de resultados consentâneos com o perfil dos alunos/turma**, poderão os professores que integram o Conselho de Turma desses alunos programar um conjunto de atividades a serem desenvolvidas de modo mais intensivo nas primeiras semanas de aulas ou no início de alguma unidade temática. Importa promover **a transição para as aprendizagens subsequentes**, numa lógica de continuidade, progressão e complexificação crescente, salvaguardando-se, assim, a sequencialidade do processo de ensino, de avaliação e de aprendizagem.

- As atividades deverão garantir o **reforço dos mecanismos de promoção da igualdade e equidade no acesso e sucesso face ao currículo**, e acesso pleno às Aprendizagens Essenciais, concebendo respostas escolares específicas que mitiguem as desigualdades e obstáculos, com vista a que todos os alunos alcancem as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).
- A recuperação das aprendizagens de cada aluno ou grupo de alunos deverá focalizar-se no que **é estruturante para garantir o sucesso educativo**, devendo haver lugar a uma seleção criteriosa das aprendizagens não realizadas e/ou das competências não desenvolvidas em cada disciplina/módulo/UFCD e que se assumem como fundamentais, para que cada aluno tenha acesso ao currículo do ano de escolaridade em que se encontra.
- Com base na informação recolhida, **cada professor titular, conselho de turma ou equipa educativa** deverá **adequar as medidas de recuperação às necessidades individuais dos alunos, evitando a sua aplicação padronizada**. O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e as Aprendizagens Essenciais norteiam o desenvolvimento deste trabalho, enquanto documentos curriculares de referência para a planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem.

25. A Avaliação e os seus pressupostos

104. A avaliação é uma componente que faz parte do processo educativo e que, acima de tudo, se

constitui como um elemento integrante e regulador da prática educativa. A regulação é um ato intencional que contribui diretamente para a progressão da aprendizagem, esclarecendo-se que as principais funções da avaliação são proporcionar ao aluno *feedback* do seu processo de aprendizagem e melhorar e regular o processo de ensino-aprendizagem. Consequentemente, compete à escola, aos professores e aos alunos **melhorar o que se aprende e como se aprende**. As práticas de avaliação devem permitir conhecer bem os saberes, as atitudes, as capacidades, as aprendizagens e a fase de desenvolvimento dos alunos, e proporcionar-lhes indicações claras sobre o estado em que se encontram, relativamente a um dado referencial de aprendizagem e desenvolvimento de ações.

105. **Objeto das avaliações** – A avaliação define como objeto do seu juízo o conjunto das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, tendo como referência orientadora o conjunto definido das Aprendizagens Essenciais, que enquadram a orientação curricular de base, com especial acuidade e atenção às áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).
106. **Processo de ensino-aprendizagem** - Pedagogicamente, a avaliação enquadra-se na perspetiva de processo do ensino-aprendizagem, constituindo um processo contínuo de análise da interação docente-aluno. Essa interação estabelece-se relativamente aos domínios da aprendizagem, aos temas/conteúdos curriculares, às competências curriculares, aos objetivos educativos, às aprendizagens, à formação cívica e de cidadania e ao êxito global de todo esse processo, tal qual se consigna no PASEO. A avaliação tem a função pedagógica de qualificar a evolução do processo educativo em que o aluno está enquadrado e identificar o desempenho do aluno e do docente face às aprendizagens, tendo como referência as Aprendizagens Essenciais e os objetivos educativos do PE.
107. **Juízo de valor** - Avaliar é uma operação que consiste em estimar, apreciar, emitir um juízo de valor ou conferir uma importância determinada a uma pessoa, a um processo e/ou a um todo, a partir de informações qualitativas e/ou quantitativas, de parâmetros precisos, de aprendizagens a adquirir, mediante a aplicação de recursos e critérios de avaliação. Este processo visa a adoção de uma decisão, ou, mais especificamente, a atribuição de um valor a um resultado, situando e/ou posicionando este último relativamente a um critério ou uma norma de comparação num quadro de referência eleito para o efeito.
108. **Interpretação da informação** - Avaliar não é só mensurar. Avaliar é recolher, organizar e interpretar informações, uma vez que este tipo de avaliação é, numa perspetiva geral, o processo que visa apreciar objetivamente todos os aspetos associados diretamente às aprendizagens – o rendimento e as características dos sujeitos aprendentes, os referenciais curriculares das várias dimensões do desenvolvimento curricular, o ensino, a avaliação, a gestão do ensino e das aprendizagens, o pessoal e os estabelecimentos de ensino –, e procura, por conseguinte, produzir um juízo de valor sobre um resultado obtido. Mensurar é recolher resultados ou outros indícios que permitam proceder à descrição quantitativa dos conhecimentos, das capacidades e/ou das habilidades de um sujeito aprendente, correspondendo, por conseguinte, à primeira etapa do processo de avaliação pedagógica.
109. **Integração do ensino-aprendizagem** - Avaliar integralmente os processos de ensino e aprendizagem e, consequentemente, o termo de suporte respetivo designa toda a atividade que visa analisar e interpretar os resultados ou indícios facultados pela mensuração, para que possam ser adotadas as decisões apropriadas às circunstâncias da situação educativa em causa. No processo que visa apreciar objetivamente o rendimento escolar e as dificuldades

de aprendizagem de um sujeito aprendente, por referência a objetivos específicos, para que seja possível tomar decisões acertadas no quadro da planificação do processo de formação escolar desse sujeito aprendente, esse juízo de valor corresponde à etapa central do processo de avaliação pedagógica, uma vez que esse juízo de valor consiste em atribuir um parecer sobre a progressão ou o estado de realização das aprendizagens à luz das informações recolhidas.

- 110. Apreciação crítica** - Avaliar as aprendizagens é apreciar criticamente, com bases justificativas, os conhecimentos, as habilidades e as atitudes de um sujeito aprendente, no seu processo evolutivo, desde o início do processo de aprendizagem até ao momento da apreciação crítica, com o objetivo de determinar em que medida foram alcançados os objetivos educativos.
- 111. Avaliação extensiva e diversificada** - A avaliação abrange um período relativamente extenso de aprendizagem e uma pluralidade de aspetos do desenvolvimento pessoal e do rendimento do sujeito aprendente no quadro de associação, conjugação, concertação e/ou de integração de disciplinas homólogas e/ou diferentes, sendo de sublinhar que, no âmbito dos Sistemas Educativo, em geral, e Escolar, em particular, nacionais, essa avaliação global, no Ensino Secundário contemporâneo, deve ser objeto de execução – de acordo com o dispositivo normativo correspondente – não apenas no plano de cada ano de escolaridade, mas também no plano do conjunto dos anos de escolaridades constituintes do nível de ensino respetivo.

26. Modalidades de Avaliação

112. Avaliação/informação diagnóstica

113. A informação diagnóstica deverá preceder qualquer iniciativa de avaliação diagnóstica. É uma informação sobre o nível da turma, do seu desempenho e proficiência, do ritmo educativo que a caracteriza, dos problemas de aprendizagem com que habitualmente se confronta, das tipologias altitudinais e comportamentais que a definem, dos pré-requisitos de aprendizagem que carece, dos alunos que têm demonstrado mais dificuldades de aprendizagem e beneficiado de apoio educativos, bem como tantos outros aspetos, mais específicos e concretos, suscetíveis de fornecer aos docentes o estado e capacidades de aprendizagem que o grupo turma possui.

- **Avaliação Diagnóstica e Avaliação Formativa** - A **Avaliação diagnóstica** deverá sempre ser **integrada na Avaliação Formativa**, uma vez que ela constitui o *feedback* contínuo que o docente dará ao aluno sobre o nível de desenvolvimento e aquisição das aprendizagens a adquirir. Por isso, constituirá um procedimento e estratégia de avaliação formativa, a implementar sempre que o docente entenda necessário a para aferição das aprendizagens apreendidas.
- **A avaliação diagnóstica**, aplicada no início ou ao longo do ano letivo, em articulação com a avaliação formativa, envolve a descrição, a avaliação e a identificação de algum aspeto da aprendizagem dos alunos sobre os quais persistam dúvidas ou falta de esclarecimento educativo suficiente, a partir dos dados antecipadamente fornecidos pela informação diagnóstica. Uma vez identificadas as características dos alunos e verificada a sua situação em relação ao que se espera deles no decorrer do ano letivo, é possível reconstituir os conceitos, factos, competências e atitudes que necessitem de intervenção pedagógica.

- **As modalidades de operacionalização**, quaisquer que sejam, propõem-se conhecer o aluno: fazer uma sondagem, escrita ou oral, projeção e retrospeção da situação de desenvolvimento do aluno, revisão das aprendizagens curriculares prévias da disciplina, questionário às competências e aprendizagens do aluno, diálogo informal, conduzem sempre a um processo de autoavaliação do que o aluno sabe ou não, das aprendizagens e conhecimentos adquiridos pelo aluno, melhor ou menos consolidadas, para relacionar com os novos conhecimentos, e deduzir as causas das dificuldades de aprendizagem ou as capacidades de progresso.

114. Avaliação Formativa

115. A avaliação formativa é realizada com o propósito de informar o professor e o aluno sobre o resultado das aprendizagens durante o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Esta modalidade situa-se no centro da ação educativa, ao caracterizar-se como **informativa** (informa os intervenientes do processo educativo, o aluno e o professor, e proporciona *feedback* ao aluno da situação das aprendizagens); **reguladora** (corrige a ação, modificando-a quando for necessário) e **propositiva** (conhecidas as dificuldades do aluno e as condições, elaborar-se-á uma proposta reformulação das estratégias e pedagogias de desenvolvimento das aprendizagens).
116. Essa modalidade de avaliação, além de fornecer dados sobre o progresso da aprendizagem do aluno, contribui significativamente para o **professor adequar os seus procedimentos de ensino às necessidades da turma e dos alunos**. De uma forma ou de outra, ela cumpre a finalidade de aperfeiçoar o processo do ensino-aprendizagem. Neste sentido, a avaliação fornece *feedback* no processo de ensinar e aprender.

117. Avaliação Sumativa

118. A avaliação sumativa é pontual e constitui um momento de análise e síntese das informações recolhidas no decorrer do período; por isso é a avaliação da comprovação, pois as pretensões educativas sobre a aprendizagem concretizam-se por meio das atividades de instrução e classificação.
119. Esta avaliação configura-se como relevante para verificar se as aquisições das aprendizagens, conhecimentos, competências e atitudes estabelecidas para a formação do aluno foram conseguidas. Cabe ao professor ver o aluno como um todo desde o diagnóstico inicial, passando pelos diferentes momentos de avaliação formativa realizados durante o processo educativo até ao momento da avaliação sumativa.

120. Auto e coavaliação

121. A autoavaliação ajuda o aluno a posicionar-se face ao conhecimento, às aprendizagens, face ao grupo/turma e face ao docente. Nesse sentido ela é potenciadora de autorresponsabilização, quando o aluno avalia o seu percurso de aprendizagem: do ponto de partida ao ponto de chegada, num processo de autoconsciência dos sinais de crescimento humano, cognitivo, de maturidade psíquica, de desenvolvimento de competências e de visão mais ampla e globalizante do saber.
122. Efetua-se, no final do terceiro período, para todas as disciplinas, sendo registada pelo aluno em documento próprio. Os professores titulares de turma e os diretores de turma são responsáveis pela recolha da ficha de autoavaliação.
123. A coavaliação entre pares é um processo de regulação que implica colocar o aluno em

situações de interação, confronto e decisão, obrigando-o a explicar, a argumentar, a tomar consciência de si, a dar ou receber informação, tendo em vista apoiar o outro e receber ajuda dos pares no processo de avaliação.

27. Funções da Avaliação

124. Funções Gerais

- Garantir o *feedback formativo* aos alunos sobre a evolução e desenvolvimento das aprendizagens significativas conseguidas e da necessidade de reconstrução das aprendizagens não plenamente consolidadas.
- Fornecer as bases para a planificação educativa.
- Possibilitar a seleção, classificação e certificação das aprendizagens dos alunos.
- Reajustar práticas educativas, pedagógicas e didáticas, orientando-as para a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.
- Adotar medidas que proporcionem, inclusivamente, a todos os alunos a aquisição das Aprendizagens Essenciais, de forma inclusiva e significativa.
- Fornecer informação aos alunos e encarregados de educação sobre o desenvolvimento quantitativo e qualificativo das aprendizagens.

125. Funções Específicas

Função diagnóstica

- Enquadrar-se e **integrar-se no processo permanente da avaliação formativa**, para construir a avaliação do estágio de aquisição e desenvolvimento das aprendizagens dos alunos, e possibilitar o *feedback* aos alunos nos momentos adequados e decisivos de progressão das mesmas.
- Verificar se os alunos apresentam ou não determinadas **aprendizagens, saberes, conhecimentos e competências necessários** para sustentar as aprendizagens subsequentes ou consequentes às já apreendidas.
- **Identificar, discriminar e caracterizar as causas determinantes das dificuldades de aprendizagem** para planificar as ações, pedagogias e estratégias que promovam a reformulação das práticas educativas que garantam a recuperação dessas mesmas aprendizagens e o consequente êxito educativo pleno de todos os alunos em relação às Aprendizagens Essenciais
- Comprovar a **viabilidade das propostas educativas** em que se baseia o currículo, tomando como referência o PASEO.
- Obter **informações diversificadas e distintas**, mensuráveis quantitativa e qualificativamente, sobre o rendimento educativo do aluno, de acordo com os Critérios de Avaliação Referenciais de Escola e a sua operacionalização, quanto às técnicas e instrumentos deliberados pelos Departamentos Curriculares Disciplinares para o efeito.

Função formativa

- Proporcionar aos docentes a **informação formativa sobre o desempenho dos alunos** e fornecer ao professor informação sobre os resultados das aprendizagens que estão a ser alcançadas, durante o desenvolvimento das atividades educativas, em diferentes momentos do desenvolvimento curricular.
- Melhorar e **reformular as pedagogias, estratégias, didática e recursos educativos**, de modo a garantir o ensino, a aprendizagem e o êxito das Aprendizagens Essenciais de modo significativo e inclusivo em todos os alunos.
- Localizar, apontar e discriminar **as deficiências ou insuficiências** das práticas de aprendizagem no desenvolvimento do ensino-aprendizagem, a fim de as eliminar.
- Propiciar informação sobre as ações educativas.

Função sumativa: classificatória e certificatória

- Reunir a maior **quantidade e diversidade de informação e registos** que proporcionem classificar o aluno segundo o nível de aproveitamento ou desempenho alcançado e que a classificação seja o mais possível fundamentada e credível dos alunos, de acordo com os Critérios de Avaliação Referenciais de Escola e a sua operacionalização, quanto às técnicas e instrumentos deliberados pelos Departamentos Curriculares Disciplinares para o efeito.
- Buscar uma **consciência coletiva quanto aos resultados alcançados pelos alunos**, no desempenho conseguido nas diferentes áreas disciplinares, mediante uma análise integral, transversal, evolutiva, entre o início e o fim do processo educativo de aprendizagem, e o modo como cada aluno mobilizou, construiu e consolidou as aprendizagens proporcionadas pelo currículo.
- Avaliar, segundo os Critérios de Avaliação Referenciais de Escola, Princípios, Critérios e descritores de operacionalização convencionados, **a aproximação quantitativa e qualificativa do desempenho dos alunos aos níveis ou descritores mais elevados** de avaliação neles consignados.
- **Identificar, elencar e caracterizar os obstáculos** de natureza diversa que fundamentam e explicam as Aprendizagens Essenciais não aprendidas e assegurar se as lacunas de aprendizagem realmente desapareceram e em que nível o conhecimento ocorreu.

28. Princípios Pedagógicos da Avaliação

126. Os princípios pedagógicos da avaliação decorrem dos Referenciais Curriculares Nacionais do Desenvolvimento Curricular, da Conceção Educativa explícita neste PE e dos Critérios de Avaliação de Referência de Escola, e pretendem auxiliar a elaboração dos objetivos e procedimentos operacionais a definir nos Departamentos Curriculares Disciplinares que, por sua vez, fornecem ao professor as indicações dos avanços e das dificuldades dos alunos e de como deve encaminhar e reorientar a sua prática pedagógica, visando aperfeiçoá-la, contribuindo para a melhoria da qualidade da aprendizagem e do ensino.

127. **A avaliação é um processo sistemático** – A sistematização na avaliação é necessária e importante, para que não corra o risco de ser espontânea e improvisada, mas autêntica e credível. A responsabilidade do professor não é aplicar instrumentos apenas para a atribuição aritmética da classificação ou nível. A função avaliativa é muito maior do que cumprir apenas

uma norma administrativa. O professor deve munir-se de diferentes técnicas de recolha de informação e da maior quantidade possível de instrumentos de avaliação e tão diversificados quantos forem os itens a serem avaliados, ajustados à fundamentação do juízo avaliativo a que deverá proceder. Isso requer planificação e sistematização permanentes, para que a avaliação ocorra de forma ajustada e sistematizada.

128. **A avaliação é um processo contínuo** – O princípio refere-se à relação intrínseca entre produto educativo e processo educativo, evidenciando o processo de aprendizagem do aluno como um conjunto de momentos, de esforços, de reconstruções e conquistas que vão demonstrando o modo e a intensidade com que o aluno interioriza e assimila os conteúdos curriculares e o seu método de aprendizagem próprio, desenvolvido e aperfeiçoado. A continuidade da avaliação acentua a importância da relação permanente desses dois fatores, produto e processo de aprendizagem, o modo como se influenciam mutuamente ao longo de um determinado percurso educativo. A avaliação necessita de resultados, que são o produto da ação de ensino-aprendizagem, e necessita, também, do processo de aprendizagem, pois é por meio dele que o aluno atinge as aprendizagens e os resultados desejados. O processo e o resultado incluem duas facetas da prática pedagógica. Resultados efetivos e fiáveis dependem de processos de aprendizagem consistentes.
129. **A avaliação é funcional** – A avaliação é funcional porque se realiza em função dos objetivos das aprendizagens. Os objetivos estabelecem os parâmetros e as prioridades do que é essencial e do que é secundário no ensino, para, posteriormente, ser incluído na avaliação. Na prática, essa relação não é linear e fechada. Posto que a condição da sala de aula e o ensino são processos dinâmicos, o professor deverá prestar atenção à necessidade de reformular os objetivos, metodologias e práticas, sempre que constatar que eles não estão coerentes e adequados à turma e à aquisição dos conteúdos programáticos e das aprendizagens significativas. É o caráter dinâmico, flexível e, ao mesmo tempo, funcional dos objetivos das aprendizagens que norteia a avaliação e reorienta a prática docente conforme os resultados conseguidos.
130. **A avaliação é orientadora** – A avaliação é orientadora porque aponta, por um lado, para a progressão nas aprendizagens, em termos de avanços e dificuldades do aluno, auxiliando-o a vislumbrar as suas possibilidades, e orientando-o no sentido de alcançar os objetivos curriculares propostos. Por outro lado, orienta o professor a manter condutas e opções educativas ou reformulá-las, pondo em prática procedimentos alternativos, quando estes sejam necessários, e garante ao aluno o *feedback* sobre o seu processo de desenvolvimento.
131. **A avaliação é integral** – A avaliação é integral, pois considera o aluno como um ser total e integrado e não de forma fragmentada. Assim, ela deve evitar privilegiar um aspeto em detrimento de outros, respeitando os critérios de avaliação. Além da complexidade do aluno em si, como sujeito, é preciso levar em conta, igualmente, as múltiplas dimensões do ensino em cada área de conhecimento, salvaguardando sempre os saberes e conhecimento aprendidos, o domínio das línguas e linguagens diferentes de comunicação e o desenvolvimento pessoal integral do aluno como pessoa.
132. **A avaliação é inclusiva** – A avaliação torna-se inclusiva quando aplica o princípio educacional da igualdade de oportunidades e garante o êxito de todos os alunos diante das aprendizagens a conseguir, salvaguardando os percursos próprios que cada aluno deva fazer para o efeito, e forma pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos. Isto supõe abandonar os preconceitos sobre a incapacidade do aluno em aprender e acreditar que existem ritmos, formas e tempos diferentes, alternativos e próprios, de aprendizagem.

Avaliar para incluir é ser capaz de disponibilizar ao aluno as condições objetivas e subjetivas adequadas para a sua aprendizagem.

133. **A avaliação é relacional** – A avaliação deve garantir ao aluno o direito de aprender consigo mesmo, com os outros e com os objetos do saber. Nada do que ocorre na sala de aula pode ser reproduzido, pois cada aluno atribui à aula, aos ensinamentos do professor e às aprendizagens um sentido e significado únicos para ele. Os múltiplos relacionamentos da convivência são estruturantes do modo de pensar e reagir em relação ao conhecimento apresentado.
134. **A avaliação reflete a unidade de objetivos, conteúdos e métodos** – A planificação do professor deve demonstrar a unidade de objetivos, conteúdos, métodos e avaliação em todo o processo didático. Os objetivos explicitam conhecimentos, competências e atitudes, operacionalizados por meio da metodologia adequada, pela definição da compreensão e assimilação que devem ser manifestados por meio de técnicas de recolha de informação e instrumentos de avaliação: tarefas, provas de avaliação formal, trabalhos, fichas e pesquisas diversas. A clareza dos objetivos, associada à adequação metodológica e aos instrumentos de avaliação, amplia a possibilidade de o processo didático ter a unidade desejável.
135. **A avaliação contribui para o desenvolvimento de competências e habilidades** – Toda e qualquer atividade de avaliação deve servir de referência para que o aluno se descubra nas suas potencialidades. Nessa perspetiva, a avaliação deve ser um elemento de construção do conhecimento, para propiciar o desenvolvimento de competências, do saber pensar criticamente, raciocinar, justificar, argumentar e organizar, cumprindo, assim, com a finalidade de educar para a cidadania pessoas conscientes do seu papel social.
136. **A avaliação deve focalizar-se nas ações de aprendizagem dos alunos** – Na elaboração dos objetivos, torna-se necessário pensar nas formas de avaliação correspondentes às expectativas que o professor tem em relação ao alcance do aluno. Essa ligação entre os objetivos e a avaliação determina o tipo de procedimento que deve ter o professor na proposta de atividades a desenvolver pelo aluno. Não existe conhecimento sem sujeito cognoscente, cultural e biologicamente situado. Entre as dinâmicas mais surpreendentes do desenvolvimento humano está a habilidade infinita de aprender e conhecer.
137. **A avaliação deve ser objetiva, fiável e credível** – A avaliação deve ser capaz de fornecer uma imagem correta sobre as condições e o estado de aprendizagem do aluno. Uma avaliação é objetiva, fiável e credível quando elimina ou reduz, tanto quanto possível, os fatores de arbitrariedade que nela possam interferir e reduz ao máximo a subjetividade do professor. Isso não significa excluí-la, já que ela está sempre presente na relação pedagógica – o cuidado a ser tomado é para que a subjetividade não comprometa nem se sobreponha às exigências objetivas, às condições que a possam tornar fiável e credível. Para isso, a fim de assegurar a objetividade, o professor deve proceder à elaboração de registos sistemáticos sobre aspetos observados no aluno, elaborar e aplicar instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação e discutir com os demais professores as análises e as percepções que possuem sobre a turma.
138. **A avaliação deve ajudar a autopercepção do professor** – A avaliação é também um referente dos esforços do professor, explícitos nos resultados que o professor constata no decorrer do processo. Ele faz inferências, ou para retomar o que está a ser trabalhado, ou para prosseguir. Esse estado de vigilância, no painel de controlo das ações, possibilita ao professor o desenvolvimento da sua capacidade percetiva sobre aquilo que realiza. Esse mecanismo de ação e reflexão deve ser realizado pelo professor e pelo aluno conjuntamente, para recuperar a trajetória percorrida e apontar novos rumos para as ações. Essa avaliação da

tarefa educativa é de fundamental importância para evidenciar uma postura de confiança e compromisso do professor com o seu autoconhecimento e com o dos seus alunos.

139. A avaliação reflete o modo de pensar do professor em relação aos alunos – As atitudes de um professor são reveladoras das suas crenças e expectativas, em relação aos alunos, e dos valores com que se posiciona diante deles. Esses valores e crenças são identificados pelas características das suas ações. A avaliação constitui-se num ato pedagógico que demonstra não só a competência técnica do professor, mas, sobretudo, o seu compromisso ético e social com a formação do aprendente. Ao efetuar a apreciação dos resultados da avaliação, o professor produz um juízo global sobre o aluno nos seus variados aspetos, com recurso a meios quantitativos e qualitativos, tendencialmente objetivos e subjetivos – e nesse juízo mostra as suas qualidades de educador, na medida em que trabalha sempre com propósitos definidos em relação ao desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais dos alunos, face às exigências sociais e ao contributo que presta para o seu desenvolvimento intelectual, pessoal e social.

29. Didática multimodal, contextualizada e adequada ao aluno

140. A opção didática geral, que se depreende com coerência dos objetivos e modelos educativos enunciados neste projeto, propõe-se investigar os fundamentos, as condições e os modos de concretizar o processo educativo a partir da finalidade de aprender, encontrar respostas, criar entendimentos novos e procedimentos educativos inovadores. Sem prejuízo de aspetos específicos conformadores e próprios das diferentes áreas disciplinares, enunciam-se os princípios didáticos prioritários que se identificam com este projeto educativo.

141. **Didática impulsionadora de aprendizagens significativas:** a ação de aprender e o objeto de aprender deverão sempre preservar e valorizar a iniciativa e processo próprio de o aluno aprender, pela sua pesquisa, revisão de aprendizagens menos conseguidas, em função do que o que o aprender significa para ele e o modo como assimila e integra essas aprendizagens na capacidade de resolver problemas e procurar soluções.

142. **Didática promotora de aprendizagens inovadoras:** isto significa que a aprendizagem está relacionada com a melhoria das práticas educativas, em sentido amplo, portanto, melhorar a qualidade de aprendizagem dos alunos, a qualidade da sua formação e a qualidade da experiência educativa.

143. **Didática geradora de aprendizagens integradoras de compromissos:** o que sugere a cooperação e comunicação entre competências diferentes e âmbitos de conhecimentos distintos.

144. **Didática indutora de aprendizagens globalizadas, interdisciplinares e transdisciplinares,** pela qual se adquirem técnicas, competências sociais e a capacidade de organização e relação, de modo integrado e contínuo, das aprendizagens das diferentes disciplinas.

145. **Didática dialógica e intercomunicativa,** que inova nas formas e registos de comunicação oral, escrita, visual e multimodal, e favorece a criação de níveis e experiências de comunicação oral, discursiva, argumentativa, onde se convocam aprendizagens adquiridas e se ensaiam experiências enriquecedoras, como o debate, a reflexão conjunta, o exercício de contraditório de opiniões, visões científicas diferenciadas, que proporcionam ao aluno diferentes experiências de comunicação e interação na construção de saberes.

146. **Didática experimental** que propõe a descoberta de saberes e aprendizagens construídas a

partir da experimentação e verificação, com o concurso da pesquisa, do trabalho colaborativo, da reflexão conjunta, da mobilização de contributos disciplinares múltiplos, em vista da resolução de problemas, mediante a seleção de metodologias de trabalhos adequadas e pertinentes.

147. **Didática centrada nos alunos**, que proporciona experiências, momentos, iniciativas em que o aluno é o construtor das suas aprendizagens e o autor da descoberta dos saberes. Trata-se de transformar o aluno em personagem ativo e principal do processo didático, em função do qual se sincronizam métodos, instrumentos, recursos, estratégias e iniciativas de aprendizagem.
148. **Didática inclusiva**, consciente da diversidade dos alunos e determinada em promover a igualdade e a não discriminação, ajustada à singularidade e heterogeneidade dos alunos, no intuito de dirimir obstáculos e dificuldades à aprendizagem, procurando soluções multinível para a aplicação e integração das medidas universais, seletivas e adicionais de suporte à aprendizagem inclusiva, de modo a proporcionar o êxito educativo de todos os alunos.

H. ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE EDUCATIVA

30. Identidade da Comunidade Educativa

149. De acordo com o IE e os princípios educativos definidos neste PE, o CDDS é **uma Comunidade Educativa organizada e participativa**, na qual estão definidas, claramente, as diferentes funções de compromisso, as responsabilidades e trabalhos de cada um dos seus membros, os modelos e níveis em que as relações profissionais e humanas se estabelecem e as formas de participação na vida coletiva da comunidade.
150. A matriz comunitária do CDDS salvaguarda, por isso, que **todo o processo educativo seja partilhado ativamente por alunos, famílias, docentes, pessoal não docente e direção**, dado que o mesmo processo será mais eficaz, produtivo e inovador através dessa dinâmica participativa e interativa das pessoas e grupos que, direta ou indiretamente, tomem parte nele ou nele intervenham.
151. A Comunidade Educativa é **uma construção contínua e permanentemente renovada através do ambiente familiar que a congrega**, concretizada no relacionamento institucional com os familiares dos alunos, nas inter-relações dos alunos entre si, nas formas e níveis de comunicação dos alunos com os docentes, na cooperação dos docentes entre si, nas relações dos alunos com o pessoal não docente, nas relações dos órgãos de direção com toda a comunidade. Entre todos os membros da comunidade, a forma de acolhimento, a delicadeza de trato, a atenção, a presença, a correção de linguagem, a postura e modéstia na apresentação, a delicadeza e afeto da relação evidenciam a identidade específica da Comunidade Educativa.
152. A identidade da Comunidade Educativa **afirma-se, sobretudo, pela adesão, partilha e comunhão do mesmo Ideário Educativo e do mesmo Projeto Educativo, de forma deliberada, assumida e livre**, aceitando e assimilando os seus valores e princípios orientadores e normativos como causa educativa própria, à qual se reconhece referência ética, razão valorativa, pertinência técnica, metódica e científica, qualidade formativa e garantia de integridade educativa, convergindo nas convicções, intenções e objetivos educativos.

31. O Aluno como centro da Comunidade Educativa

153. Importância do Aluno

154. O **aluno é o principal sujeito e protagonista do processo educativo** e a razão de ser da existência da Comunidade Educativa, pelo que toda a organização, ação, projetos e estratégias educativas se ordenam ao seu bem último, ao favorecimento do seu crescimento saudável e integral e à sua boa integração na Comunidade Educativa.
155. A **motivação educativa contínua do aluno, interior e exterior, é a melhor forma de proporcionar-lhe uma boa integração**, de modo a que as suas expectativas, gostos, formas de realização e opções futuras sejam devidamente atendidas e facilitadas dentro das possibilidades reais da Comunidade Educativa.
156. A motivação do aluno **decorre do papel efetivo que assume na participação da dinâmica educativa do CDDS**, intervindo ativa e proporcionalmente de acordo com a idade, exercitando as capacidades, as oportunidades adequadas, os papéis ou funções atribuídas, de tal sorte que a participação, sob modalidades diversas, seja realmente formativa, eduque para a responsabilidade e competência, para a solidariedade e respeito mútuo, motive para a justiça e a verdade e se torne profundamente integradora.
157. Na participação e integração do aluno, **será relevante a plena consciência de que ele é hoje o beneficiário de uma tradição educativa** que lhe é oferecida pelo CDDS e que, por isso mesmo, ele é hoje, também, chamado a ser construtor desta comunidade que o recebe e na qual ele se integra, acrescentando à memória educativa histórica que recebe a sua marca educativa contemporânea.

158. Adaptações educativas às singularidades do aluno

159. O aluno, face ao seu processo educativo, **é recebido, considerado, educado e atendido em termos de igualdade em relação aos demais alunos do CDDS**, sendo-lhe proporcionadas as mesmas garantias educativas, beneficiando de forma paritária de todas as estruturas organizativas da Comunidade Educativa, tendo acesso igual a todos os meios e recursos educativos e podendo partilhar do espaço da Comunidade Educativa de acordo com as orientações e indicações estipuladas no RI.
160. O princípio da igualdade não obsta a que, no respeito pela singularidade de cada aluno, **ele seja tratado com especial acuidade**, quando as suas necessidades de proteção física, psíquica, de saúde, motoras, pontuais ou temporárias requeiram da Comunidade Educativa atenção positivamente diferenciada.
161. No processo educativo, **o aluno que necessite de apoio organizativo ou funcional**, face às necessidades educativas especiais que sejam sinalizadas, aos diferentes ritmos de aprendizagem, às descompensações educativas ou outras que se configurem como relevantes, disporá de formação que lhe proporcione um desenvolvimento integral, uma formação técnica, científica e metodológica adequadas, de modo a serem salvaguardados os princípios da justiça e equidade de oportunidades, a boa integração na Comunidade Educativa e o seu sucesso educativo.
162. A **necessidade de apoios especializados**, nos diferentes graus de ensino, por parte de algum aluno com limitações significativas ou profundas relativamente à atividade e participação num ou vários domínios da vida, que impliquem alterações estruturais relevantes, de caráter permanente, dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da

mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social, serão devidamente avaliadas pela Direção do CDDS na medida da existência de condições materiais, recursos técnicos e funcionais existentes. O CDDS empenhar-se-á em reunir os meios de forma a poder cumprir futuramente aqueles desígnios, na sequência das propostas que sejam efetuadas pelas estruturas representativas da Comunidade Educativa.

163. Adaptações curriculares

164. Com as adaptações curriculares específicas, pretende-se, através de percursos diferenciados, em função das características de aprendizagem e das dificuldades específicas do aluno, e de forma a responder às suas necessidades, **possibilitar o acesso ao currículo e às atividades de aprendizagem na sala de aula através da diversificação e da combinação adequada de vários métodos e estratégias de ensino**, da utilização de diferentes modalidades, técnicas de recolha de informação e instrumentos de avaliação, da adaptação de materiais e recursos educativos e da remoção de barreiras na organização do espaço e do equipamento, planeadas para responder aos diferentes estilos de aprendizagem de cada aluno, no sentido de promover o sucesso educativo de todos os alunos.

165. De entre os fatores determinantes a ter em conta pelo CDDS nas adaptações curriculares, distinguem-se, em relação às características e dificuldades do aluno, o **Relatório Técnico-Pedagógico, o Programa Educativo Individual e os demais recursos humanos existentes**. É da natureza de cada um destes fatores que se determinará o grau de especificidade das adaptações curriculares: significativas e não significativas. Estes tipos de adaptações curriculares não se excluem mutuamente, fazendo parte de um mesmo processo, ou seja, o da individualização do currículo perante as necessidades educativas especiais do aluno.

166. As adaptações curriculares previstas no Programa Educativo Individual são relativas ao nível **das Adaptações Curriculares Individualizadas**, que se referem a casos de alunos específicos que necessitam de uma adaptação adequação muito particularizada, e ao nível **das Adaptações Curriculares de Turma**, dirigidas para um grupo ou grupos diferenciados, formalizadas no PCT.

167. A seleção de adaptações curriculares não significativas afeta especificamente a metodologia educativa, as múltiplas pedagogias a empreender, as estratégias didáticas a privilegiar, embora possa repercutir-se na avaliação e na prioridade atribuída a certos objetivos e critérios.

168. De entre as adaptações não significativas enunciam-se:

- **Organizativas:** a organização didática e a organização do espaço educativo.
- **Relativas às competências, objetivos e conteúdos:** em função das Aprendizagens Essenciais estabelecidas, dar prioridade a áreas ou unidades de conteúdos; dar prioridade a tipos de conteúdos; dar prioridade a competências; dar prioridade a objetivos; sequencializar conteúdos ou competências e prescindir de conteúdos secundários.
- **Nos procedimentos didáticos e nas atividades:** modificar e readequar procedimentos; introduzir atividades facilitadoras alternativas às previstas; introduzir atividades complementares às previstas; modificar, simplificando, o nível de complexidade das atividades; prescindir de componentes das atividades; sequencializar as tarefas de forma alternativa e mais adequada ao aluno; introduzir estratégias facilitadoras nos planos de ação; adequar os materiais e recursos; modificar a seleção dos materiais previstos.

- **Na temporalidade:** modificar e adequar a temporalidade para a aquisição ou demonstração de determinadas competências, objetivos e conteúdos previstos; prolongar em um ano a permanência do aluno no mesmo ano ou ciclo de escolaridade.
- **Relativas às competências:** adequar ou prescindir de competências; introduzir competências específicas, complementares e/ou alternativas.
- **Relativas aos conteúdos:** introduzir conteúdos específicos, complementares ou alternativos; adequar ou prescindir de conteúdos básicos do currículo.
- **a metodologia:** introduzir métodos e procedimentos complementares e alternativos de ensino-aprendizagem; organizar de forma alternativa; introduzir recursos específicos de acesso ao currículo.
- **Na avaliação:** modificar e adequar técnicas e instrumentos; introduzir critérios gerais de avaliação; eliminar critérios regulares de avaliação; adequar os critérios regulares de avaliação; modificar os critérios de transição.

169. Na seleção das **adaptações curriculares individuais ou de turma são enumerados os objetivos que se pretendem e os fundamentos** que justificam a opção pelas adaptações curriculares significativas, nomeadamente:

- **responder aos problemas educativos** suscitados pela diversidade dos alunos;
- **facilitar um maior nível de integração e participação** dos alunos com necessidades educativas especiais na dinâmica geral da escola e da aula;
- **responsabilizar todos os professores pelas respostas educativas** aos alunos com necessidades educativas especiais;
- **prevenir o aparecimento ou intensificação das necessidades educativas especiais**, que podem surgir como consequência de um currículo menos adequado aos alunos;
- fazer com que as adequações individualizadas necessárias sejam o menos frequentes e significativas possível.

32. Os professores: perfil e compromisso

170. Perfil do professor

171. Devido ao caráter específico da sua formação, da sua ação profissional, que os relaciona diretamente com os demais professores, alunos, pais, pessoal não docente e direção, os professores têm uma **responsabilidade determinante no bom ambiente** e funcionamento da Comunidade Educativa, por assumirem, cumulativamente, a função de formadores e educadores.

172. Na missão de formadores e educadores, os professores devem proporcionar ao aluno, mediante o **relacionamento humano qualificado** e a presença edificante, a pedagogia adequada, a didática competente, os conteúdos técnicos, científicos e metodológicos que fundamentam as aprendizagens. Devem procurar fazê-lo de forma bem organizada e estruturada, com linguagem, atenção e dedicação adequadas à fase etária e curricular do aluno.

173. Como profissional do ensino, **deverá o professor investir em transformar as aulas em momentos inovadores de aprendizagem**, atrativos, coerentes e estimulantes, recorrendo a

diferentes ritmos letivos, metodologias diversificadas, experiências educativas distintas e recursos variados, procurando ajustá-los às exigências e características dos conteúdos científicos e referenciais curriculares das várias dimensões do desenvolvimento curricular, ao perfil dos alunos e aos recursos disponíveis.

174. Enquanto pedagogo, está atribuído ao professor o dever de, **mediante relações francas e construtivas, constituir-se como sujeito de socialização ativa**, indiscriminada, quer com os alunos, mediante a atenção, paciência adulta, delicadeza de relacionamento, acolhimento, diálogo generoso, conselho, correção educativa; quer com os colegas, através da cooperação no trabalho de grupo, unidade de ação, partilha de esforços e reflexão conjunta, de tal modo que, pelas relações pessoais, se afirme como dinamizador das relações de socialização da Comunidade Educativa.
175. O estatuto educativo do professor requer que, em todos os momentos e espaços do CDDS, **ele se afirme como modelo e exemplo para todos os elementos da Comunidade Educativa**, seja pela correção e bom nível da linguagem, seja pela comunicação gestual e corporal, seja pelos modos de presença edificantes, seja pela modéstia e decência do vestuário ajustado ao contexto do lugar, seja pelo apuro da apresentação, em tudo se constituindo como referência educativa.
176. A profissão e a instituição que os recebem requerem dos professores **um desempenho ético exemplar**, na promoção e defesa pessoal e institucional das mesmas, e a deontologia inerente em todos os processos, relacionamentos, compromissos e deveres, sempre que se coloquem em causa o bom nome e a honra dos alunos, dos colegas e da instituição com que colaboram profissionalmente.

177. Compromissos educativos e formativos do professor

178. Com a profissão

- Justificar a confiança que o CDDS deposita nele e **aumentar o respeito pela profissão**, procurando acrescentar qualidade progressiva ao seu trabalho.
- Garantir que o **conhecimento e formação profissional** sejam constantemente atualizados e aperfeiçoados, quer relativamente às exigências e competências requeridas pela tutela, quer relativamente à qualidade de ensino que o CDDS preconiza, quer relativamente aos desafios éticos e científicos da profissão.
- Determinar a natureza e o formato de **programas de formação contínua e formação própria** como expressão essencial do seu profissionalismo.
- Divulgar toda a informação relevante relacionada com as suas **competências e qualificações** e formação académica.
- Apoiar todos os esforços para **promover a democracia, os direitos humanos e a cidadania** através da educação.

179. Com os Alunos

- **Respeitar, indiferenciadamente, os direitos de todos os alunos**, para que estes possam beneficiar do melhor ambiente e condições de aprendizagem.
- **Salvaguardar e promover os interesses e bem-estar físico, psíquico e moral** de todos os alunos, protegendo-os de intimidações e de todas as formas de pressões, ameaças e abusos

físicos e psicológicos.

- **Atender aos problemas que afetam o bem-estar dos alunos**, tratando-os com cuidado, dedicação e discrição.
- Ajudar os alunos a **desenvolver e interiorizar os valores propostos** no IE, PE e RI do CDDS.
- Manter **relações profissionais e humanamente maduras com os alunos**, abstendo-se de ultrapassar os limites que a sensatez e a deontologia profissional recomendam.
- Reconhecer a **individualidade e as necessidades específicas dos alunos**, estimulando-os para que possam desenvolver plenamente as suas potencialidades.
- Estimular, nos estudantes, o **sentimento de pertença a uma comunidade**, baseado em compromissos mútuos, relacionados com a existência de cada um na Comunidade Educativa.
- Exercer a **autoridade com ponderação, equilíbrio, justiça e solidariedade**, nunca negligenciando a função pedagógica e educativa que ela implica.
- Garantir que a **relação privilegiada entre professor e aluno** não seja utilizada para fins de proselitismo, controlo ideológico ou manipulação afetiva ou psíquica.

180. Com os Colegas

- Promover um **relacionamento amigável com todos os colegas**, respeitando a sua situação profissional, as suas opiniões, funções e desempenho, aconselhando e apoiando, sobretudo os que se encontram em início de carreira ou em formação ou pontualmente fragilizados.
- Manter a **confidencialidade sobre as informações relacionadas com os colegas**, obtidas no decurso da prática profissional, a menos que a sua divulgação seja requerida por lei ou por dever profissional.
- **Defender e promover os interesses e o bem-estar dos colegas e protegê-los**, de qualquer forma, de abuso físico, psíquico ou afetivo.

181. Com a Direção e Instituição

- Estar **informado das responsabilidades legais, profissionais e administrativas** que lhe são atribuídas ou confiadas, assumindo-as em espírito de comunhão com a Direção do CDDS.
- Cumprir as **instruções fornecidas pela Direção e as normas consignadas nos Documentos Orientadores e Reguladores**, requerendo as devidas autorizações, informações e esclarecimentos para a sua execução.
- Exercer, **com cortesia e discrição**, o questionamento de decisões, a solicitação de informação relativa a si ou ao seu trabalho, o fornecimento de justificações de ausências ao trabalho e a prestação de dados informativos sobre alunos ou situações relevantes ocorridas em contexto de sala de aula, recorrendo aos lugares e modos convencionados para o efeito.
- Receber e **manifestar estímulos de confiança** e tratamento justo no exercício das suas responsabilidades e tarefas profissionais.
- Apresentar **sugestões fundamentadas, adequadas, pertinentes e oportunas** que contribuam para a inovação e melhoria do processo educativo.

- Manter a **confidencialidade e reserva sobre as informações relacionadas com a instituição**, obtidas no decurso da prática profissional, a menos que a sua divulgação seja requerida por lei ou por dever profissional.

182. Com os Pais e Encarregados de Educação

- **Reconhecer o direito dos pais de acompanharem**, através de canais previamente estabelecidos, o bem-estar, a integração e o progresso educativo dos filhos.
- Proporcionar **conselhos sensatos e corretos aos alunos**, do ponto de vista profissional, tendo em conta o interesse superior dos mesmos, sem prejuízo do respeito pela autoridade legal dos pais.
- Realizar todos os esforços legítimos possíveis no sentido de **envolver ativamente os pais na educação dos filhos**, auxiliando no processo de aprendizagem, salvaguardando os procedimentos de prioridade, para o efeito, da competência da Direção do CDDS.

33. Os Pais e Encarregados de Educação

183. Estatuto dos Pais e Encarregados de Educação

184. Primeiros responsáveis pela educação dos filhos - Os Pais e Encarregados de Educação são os principais responsáveis pela educação dos filhos. A eles cabe a opção livre pelo Projeto Educativo do CDDS, pelos valores, objetivos, processos e métodos educativos propostos neste PE e a responsabilidade pela adesão ao Ideário Educativo e às condições de ensino-aprendizagem. Este compromisso é validado, por escrito, anualmente, no início do ano, em documento próprio.

185. Cooperantes permanentes no processo educativo - Os Pais e Encarregados de Educação são cooperantes permanentes no processo educativo, cabendo-lhes colaborar através da informação, diálogo, presença, participação frequente nos momentos institucionais do CDDS, formas e níveis convencionados pelo CDDS no processo educativo dos seus filhos, assumindo, nesse processo, a função de acompanhar, motivar, estimular e valorizar o esforço e trabalho de aprendizagem e o crescimento integral dos filhos e/ou educandos.

186. Direito à informação sobre os educandos - Aos Pais e Encarregados de Educação, reconhece-se o direito de informação sobre todo o processo educativo dos seus filhos, relativamente à evolução global, às dificuldades particulares, à forma de integração na Comunidade Educativa, às necessidades pessoais, ao seu crescimento integral, nos termos em que a legislação o prevê e segundo o modo, limites e condições convencionadas no RI, proporcionando-lhes a ajuda educativa para realizarem cada vez melhor a sua missão fundamental de educadores.

187. Compromisso de lealdade com o CDDS - A todos os Pais e Encarregados de Educação atribui-se eticamente o compromisso de lealdade para com o CDDS, assumindo, com coerência, a causa do projeto Educativo escolhido do CDDS. Esse dever implica a responsabilidade que lhes cabe na tarefa da cooperação educativa, apresentando sugestões e indicações adequadas, pertinentes e oportunas, que favoreçam a melhoria do processo educativo.

188. Dever de prestação de informações - Merece relevo maior o dever dos encarregados de educação de prestar informações sobre os seus educandos que sejam relevantes e apropriadas como bom contributo para o seu processo de aprendizagem, bem como

apresentar as justificações devidas para as faltas de presença às aulas, em tempo oportuno e próximo, quando não o for possível previamente.

189. Práticas e processos de colaboração mútua, de integração e participação

190. De entre as múltiplas possibilidades de colaboração mútua, integração e participação, por parte dos pais e encarregados de educação, privilegiam-se as seguintes:

191. **Comunicação** - Comunicar com o CDDS sobre o aluno, pois uma boa comunicação facilita a adaptação à escola e a aprendizagem de crianças e adolescentes. Ao falar com a Direção do CDDS e com o professor/diretor de turma, pode obter informações acerca do que os professores/Conselho de Turma e o CDDS esperam do aluno, relativamente a questões como o comportamento e a aprendizagem, a evolução e as dificuldades do aluno, as ajudas de que necessita nas tarefas escolares. Esta é também uma oportunidade de conhecer o aluno noutros contextos que não o familiar. Por outro lado, o professor/diretor de turma também ganha com esta experiência, porque fica a conhecer melhor o aluno e a sua família. Com uma adequada comunicação entre a família e a escola, é mais fácil estabelecer objetivos comuns e comunicá-los, com uma maior clareza, ao aluno.

192. **Presença** - Comparecer na escola sempre que for solicitado ou por iniciativa própria.

193. **Participação e integração** - Participar na apresentação, sempre que ocorrer, de espetáculos, celebrações, conferências, eventos diversos ou demonstrações dos resultados das atividades extracurriculares promovidas pelo CDDS, pois as atividades organizadas para os alunos e famílias envolvem geralmente muitas horas de preparação e o investimento de muitas pessoas. Nestas atividades, existe a oportunidade de conhecer melhor o espaço onde o aluno ocupa tantas horas, de conhecer os colegas e as famílias dos demais alunos, os professores e outro pessoal do CDDS e de integração na Comunidade Educativa.

194. **Motivação e incentivo** - Incentivar o aluno a utilizar, com interesse e aplicação, os recursos educativos disponibilizados pelo CDDS: espaços lúdicos, piscina, capela, biblioteca do Colégio.

195. **Modelo educativo** - Inculcar, no aluno, a interiorização da necessidade de respeito pelo trabalho, pelo cumprimento dos horários, pelos professores e pelas normas disciplinares e de conduta do CDDS.

196. **Tutor de bons hábitos** - Incentivar, no aluno, o hábito da assiduidade e pontualidade às aulas.

197. **Educador** - Promover, no aluno, a consciencialização dos princípios e objetivos do PE do CDDS.

198. **Cooperador na aprendizagem** - Atribuir ao aluno pequenas tarefas e responsabilidades, ajudando-o a organizar-se nas atividades escolares, para o tornar mais independente e seguro de si.

199. **Acompanhamento no estudo** - Mostrar interesse em tudo o que o aluno realiza, incentivando-o nas pesquisas e esclarecendo dúvidas, sem, no entanto, o substituir na execução dos seus trabalhos.

200. **Resiliência diante de problemas** - Favorecer o desenvolvimento do aluno, de acordo com a sua capacidade e fase de crescimento, estimulando-o a superar-se e a enfrentar as suas dificuldades.

201. **Promotor de atitudes positivas** - Contribuir para a aquisição, por parte do aluno, de uma visão otimista perante a vida em geral, criando um ambiente positivo.

202. **Cultor de valores** - Dialogar com o aluno acerca da vida escolar, respeitando, simultaneamente, a sua necessidade de privacidade, e demonstrando interesse pelas suas atividades, amigos, professores, percursos.
203. **Orientador de estudo** - Proporcionar ao aluno experiências de aprendizagem, como ler com ele, ouvi-lo a ler, conversar com ele acerca dos diferentes temas e conteúdos letivos, assistir em conjunto a programas televisivos e pedir-lhe opinião acerca daquilo que estão a ver e a ouvir, efetuar visitas a museus e sítios com interesse histórico e cultural, demonstrar e partilhar o seu interesse e curiosidade por tudo aquilo que o rodeia.
204. **Pedagogo** - Ajudar a organizar um horário de estudo adequado às necessidades do aluno, proporcionar-lhe um ambiente de estudo facilitador e ensiná-lo a estudar.

34. Pessoal Não Docente

205. **Papel cooperante** - O Pessoal Não Docente é cooperante no processo educativo, de acordo com as funções específicas atribuídas, e desempenha os trabalhos de apoio ao bom processamento das ações educativas, zelando pela preservação dos valores e espaços educativos e das normas de organização e funcionamento do Comunidade Educativa.
206. **Elevação de atitudes e desempenho** - Dada a importância relevante do papel de cooperação que desempenha no processo educativo, é-lhe requerido, como perfil adequado, a elevação de atitudes, zelo e dedicação nas funções que desempenha, competência profissional, lealdade na cooperação com todos os membros da Comunidade Educativa, vontade de aperfeiçoamento da qualidade do trabalho a produzir, discrição e confidencialidade relativamente a pessoas, informações e ações decorrentes do processo educativo, postura e porte modelares, cortesia e atenção para quem lhe solicita o seu trabalho e linguagem ajustada ao contexto educativo.
207. **Promoção do bem-estar dos alunos** - Segundo as funções específicas que lhe estão atribuídas, sejam de gestão económica, trabalho de secretaria, vigilância e assistência, higiene e limpeza, alimentação e saúde, são inerentes ao seu estatuto a salvaguarda da segurança e bem-estar de todos os alunos, a boa manutenção e preservação dos materiais, equipamentos e bens patrimoniais do CDDS, a manutenção da ordem, disciplina e o bom ambiente físico e humano, necessários ao êxito educativo.
208. **Solicitude e assistência** - Como intervenientes cooperativos no processo educativo, impõe-se que o Pessoal Não Docente se constitua como modelo de diálogo e de desempenho, mormente pela advertência esclarecida e moderada aos alunos, pelo conselho profissional dentro do âmbito das competências que lhe estão atribuídas, pela solicitude e assistência aos que requerem maior atenção e pelo seu profissionalismo e solidariedade com os demais colegas de trabalho.

35. Direção: estatuto e atribuições

209. Em relação à comunidade educativa

210. A Direção é a **legítima representante legal** da Instituição que tutela a propriedade do CDDS.
211. A Direção é a **responsável pela promoção de toda a ação educativa** e pela disponibilização dos meios e recursos físicos, técnicos e humanos requeridos à sua boa implementação, às condições e ambiente necessários para a sua consumação com êxito e ao provimento da boa organização do processo educativo.

212. A Direção **possui competência própria** para a definição dos princípios de orientação geral que determinam a elaboração e opção educativa exarada no IE, assim como os critérios de atuação que garantem a fidelidade da ação educativa a esses princípios.
213. À Direção, compete **o zelo e vigilância pela garantia da qualidade e êxito do processo educativo**, pela sua boa organização, pela coesão, disciplina e boa harmonia entre todos os elementos da Comunidade Educativa e pela interação bem estruturada dos seus membros.
214. A Direção é responsável por **assegurar a renovação e atualização dos recursos educativos necessários** à evolução e inovação do processo educativo, à atualização dos equipamentos, à modernização e adequação dos espaços, à contratação de docentes, técnicos e demais funcionários, em tudo ponderando o bem educativo dos alunos.
215. A Direção é **a promotora de todo o planeamento educativo** e de todas as ações, gestão de recursos e calendarização a ele atinentes, colocando como prioridades a qualidade e inovação da educação e o crescimento do êxito educativo.
- 216. Em relação aos Pais e Encarregados de Educação**
217. Promover **iniciativas, ações e estratégias que fomentem a aproximação dos Pais e Encarregados de Educação à Comunidade Educativa**, através de modalidades diversas de envolvimento parental que sejam úteis como instrumento de reflexão-ação do CDDS e se manifestem adequadas às suas necessidades e às das famílias.
218. Ajudar os Pais e Encarregados de Educação **a estabelecer as condições e requisitos básicos para a aprendizagem**, a desenvolver práticas educativas adequadas às necessidades dos alunos e a compreender o desenvolvimento em cada estágio do seu processo.
219. **Promover a comunicação entre o CDDS e os Pais e Encarregados de Educação**, através de sistemas de comunicação bilateral, procurando disponibilizar canais de comunicação diversos (reuniões de pais, reuniões individuais com a família, contactos telefónicos, boletim da escola – caso exista, e-mail do CDDS e de turma) de forma a possibilitar uma comunicação fácil, rápida e eficaz.
220. **Fomentar a participação dos Pais e Encarregados de Educação nas atividades do CDDS**, nomeadamente nos eventos de início e fim do ano letivo, festas de Natal e Páscoa, Dia da Mãe, Dia do Pai, Dia das Famílias, Dia da Criança, Primeira Comunhão, Profissão de Fé, Celebração do sacramento da Confirmação, integrando-os ativamente dentro das possibilidades e disponibilidade dos mesmos.
221. **Impulsionar o envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação** em atividades de aprendizagem em casa, exercitando as competências que o aluno deve adquirir em cada momento da aprendizagem e valorizando a importância da monitorização e encorajamento/reforço dos trabalhos para casa, sobretudo se o aluno se encontrar em processo de recuperação ou de apoio pedagógico.
222. Dar satisfação, no quadro das formas institucionais que se possam mostrar legalmente previstas à **cooperação e participação dos pais e encarregados de educação** nas atividades do CDDS e envolvê-los nas sugestões que visem a melhoria do processo educativo, quer através de uma eventual Comissão de Consulta de Pais, quer de grupos de reflexão-ação, criados para a resolução de problemas concretas.

36. Organização e estruturação do processo de reformulação do PE

223. Princípios orientadores

224. O Conselho Pedagógico promove a execução de todo o processo de organização, estruturação e reformulação do Projeto Educativo, de acordo com os seguintes princípios orientadores:

- **Diagnóstico da situação educativa** – Definição e tipificação dos métodos e processos para a recolha de dados de diagnóstico e determinação dos grupos da Comunidade Educativa e os representantes dos Pais e Encarregados de Educação a inquirir.
- **Inquérito** - Identificação dos princípios estruturantes do inquérito a efetuar para a recolha de informação: caracterizar a situação educativa presente do CDDS e perspetivar e pensar as prioridades da renovação e inovação educativa.
- **Recolha, análise e síntese da informação obtida pelo diagnóstico da situação educativa** – A recolha dos elementos de diagnóstico da situação educativa é efetuada no Conselho Pedagógico, ao nível dos Departamentos das Áreas Disciplinares, ao nível dos Conselhos de Ciclo e dos Conselhos de Turma. Os alunos são sondados mediante a atenção prestada às sugestões individuais, de turma ou de grupos, nos momentos de avaliação e autoavaliação, nos momentos fortes de intervenção na vida da Comunidade Educativa e nos momentos pontuais de abordagem pessoal e individual. O Pessoal Não docente exprime-se e apresenta sugestões nos momentos das reuniões de planificação e de reorganização de trabalho dos diferentes setores em que se incorporam. Os Pais e Encarregados de Educação pronunciam-se individualmente nos contactos mantidos com a direção e administração do CDDS, nas reuniões de informação com os diretores de turma e nas solicitações individualizadas selecionadas para o efeito.
- Após a recolha, organização e análise de toda a informação obtida, é produzida uma **síntese ordenada** de acordo com os princípios estruturantes da inquirição produzida.
- **Organização e estruturação dos problemas identificados na situação educativa.** São referenciadas, de modo relevante, nas fontes de informação obtidas, as áreas da situação educativa, do funcionamento e organização da Comunidade Educativa a requererem intervenção e renovação, bem como as respetivas dificuldades a repensar.

225. Princípios orientadores de reformulação do Projeto Educativo

226. Formulação das **ações e estratégias educativas** a implementar.

227. As **áreas e os problemas referenciados** na formação são hierarquizados, sequenciados por prioridade e analisados relativamente à adequação, à pertinência e à viabilidade de aplicação à situação educativa e à Comunidade Educativa do CDDS.

228. Definição dos propósitos educativos

229. Estão elencadas, relativamente a cada área de intervenção, os propósitos educativos, metodológicas, pedagógicas, organizacionais e funcionais, as soluções estratégicas a implementar para a correção e aperfeiçoamento de procedimentos e superação das dificuldades identificadas, como são, também, determinados os indicadores de controlo avaliação intermédia e final da evolução do PE.

- Elaboração e apreciação de documento prévio ou anteprojecto

- No documento produzido, ou plano educativo estratégico prévio, identificam-se e atribuem-se aos intervenientes da Comunidade Educativa as responsabilidades e compromissos estratégicos para a implementação prática e situada do PE.
- Discussão e aprovação
- Após a apreciação global sobre a unidade e coerência estrutural e educativa do PE, é o mesmo submetido a discussão e aprovação geral pelo Conselho Pedagógico.
- Implementação do PE
- O PE, após aprovação, é dado a conhecer, na sua constituição definitiva, a toda a Comunidade Educativa, a qual é convocada para a corresponsabilidade, diante dos desafios educativos colocados, para a necessidade de mentalização de superação das rotinas e das dificuldades, para o desenvolvimento de uma atitude mais solidária nas práticas e relações educativas e para a aplicação das estratégias com rigor e exigência. Como complemento dessa informação e motivação geral, os respetivos Departamentos das Áreas Disciplinares e os demais grupos não docentes da Comunidade Educativa são estimulados ao estudo, análise e implicações específicas do PE na sua área de trabalho específica.

37. Os Recursos Educativos do CDDS

230. Espaço físico e equipamentos

231. O espaço físico e os equipamentos disponíveis no CDDS são o resultado da já longa evolução da herança educativa que se foi instituindo como Matriz Educativa e Pedagógica. Todo o espaço físico está ordenado e organizado em função da boa gestão do processo educativo e da boa rentabilidade educativa dos mesmos.
232. Os equipamentos e espaços, interiores e exteriores, estão proporcionados à dimensão quantitativa da população escolar e são usados sem condicionamentos ou restrições, sem coincidências limitativas da sua utilização e cumprem todas as regras de higiene e segurança, de acordo com as normas legislativas para os recintos escolares. A qualidade da preservação dos materiais, espaços e equipamentos é salvaguardada pela manutenção contínua dos mesmos, seja através de intervenções permanentes, seja através de intervenções setoriais de requalificação, efetuadas anualmente, seja através da reorganização periódica dos mesmos: repensando-os ora em função da faixa etária dos alunos, ora das necessidades específicas por ciclos, ora das atividades que neles se produzem.

Quadro 1 - Bloco Norte: espaços e equipamentos

Designação	Piso -1		Piso 0		Piso 1		Piso 2		Piso 3		Total	
	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²
Parque de Estacionamento	-	-	-	2.214	-	-	-	-	-	-	-	2.214
Átrio principal	-	-	1	224	-	-	-	-	-	-	1	224
Receção	-	-	1	19	-	-	-	-	-	-	1	19
Capela	-	-	1	95	-	-	-	-	-	-	1	95
Secretaria	-	-	1	44	-	-	-	-	-	-	1	44
Gabinete do Diretor	-	-	1	22	-	-	-	-	-	-	1	22
Gabinete do Administrador	-	-	1	31	-	-	-	-	-	-	1	31
Gabinete Médico	-	-	1	8	-	-	-	-	-	-	1	8
Salas de Aula	-	-	3	207	24	1.324	24	1.375	5	454	57	3.360
Sala de Música	-	-	-	-	-	-	1	51	-	-	1	51
Sala Informática	-	-	-	-	-	-	-	-	1	89	1	86
Sala Artes, E.V. e Geometria Descritiva	-	-	-	-	-	-	1	66	3	156	4	222
Sala apoio a Desenho e E.V.	-	-	-	-	-	-	-	-	1	70	1	70
Laboratório Ciências Naturais	-	-	-	-	2	194	-	-	-	-	2	194
Laboratório Ciências Físicas	-	-	-	-	2	134	-	-	-	-	2	134
Laboratório Ciências Químicas	-	-	-	-	2	134	-	-	-	-	2	134
Gabinete Professores	-	-	-	-	-	-	-	-	4	60	4	60
Sala Professores	-	-	-	-	1	99	1	16	-	-	2	115
Salas Professores: Atendimento	-	-	2	45	2	20	-	-	-	-	4	65
Biblioteca, videoteca, hemeroteca	-	-	-	-	-	-	-	-	1	280	1	280
Auditório	-	-	1	630	-	-	-	-	-	-	1	630
Sala de Convívio-Bar Alunos	-	-	1	396	-	-	-	-	-	-	1	396
Instalações Sanitárias Alunos	-	-	4	54	5	172	5	87	2	30	16	343
Circulação – Átrios/Corredores	1	115	3	254	-	-	1	586	1	230	7	2.159
Arrecadação	5	322	5	44	-	-	2	20	2	12	17	435
Cozinha e Dependências Apoio	-	-	8	316	-	-	-	-	-	-	8	316
Refeitório dos alunos	-	-	1	386	-	-	-	-	-	-	1	386
Refeitório Professores	-	-	1	46	-	-	-	-	-	-	1	46
Lavandaria	-	-	1	26	-	-	-	-	-	-	1	26
Área Técnica	1	74	-	-	-	-	-	-	1	9	2	83
Depósito Materiais	-	-	-	-	1	18	-	-	-	-	1	18
Arquivo	1	63	-	-	-	-	-	-	-	-	1	63
Reprografia Papelaria	-	-	-	-	1	15	-	-	-	-	1	15
Recreio Coberto	-	-	1	644	-	-	-	-	-	-	1	644
Recreio Descoberto	-	-	1	1.700	-	-	-	-	-	-	1	1.700
Pavilhões Gimnodesportivos	-	-	1	1.400	-	-	-	-	-	-	1	1.400
Campos Ténis	-	-	1	555	-	-	-	-	-	-	1	555
Campos Voleibol	-	-	2	788	-	-	-	-	-	-	2	788
Campos Basquetebol	-	-	1	310	-	-	-	-	-	-	1	310
Campo de Andebol	-	-	1	976	-	-	-	-	-	-	1	976
Campo Futebol	-	-	1	2.640	-	-	-	-	-	-	1	2.640
Aposentos Direção	-	-	-	-	-	-	-	-	1	42	1	42
Quartos para Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	25
Instalações Sanitárias Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	45
Circulação Zona Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	99
Circulação Vertical - Elevador	-	-	1	4.40	1	4.40	1	4.40	-	-	3	13.20
Total Geral											34.769,20	

Quadro 2 - Bloco Sul: espaços e equipamentos

Designação	Piso -1		Piso 0		Piso 1		Total	
	Uni.	m ²	Uni.	m ²	Uni.	m ²	Uni.	m ²
Espaços /equipamentos								
Receção	1	11	-	-	-	-	1	11
Polivalente/Convívio/Recreio Coberto	-	-	1	302	-	-	1	302
Gabinete Médico	-	-	1	18	-	-	1	18
Salas Aula Pré-Escolar	-	-	11	635	-	-	11	635
Salas Aula Primeiro Ciclo	-	-	-	-	16	1.035	16	1.035
Sala Ballet	-	-	1	56	-	-	1	56
Sala Informática	-	-	-	-	1	76	1	76
Sala Atividades Extracurriculares	-	-	1	-	1	76	1	76
Sala de receção aos Alunos	-	-	2	55	-	-	1	55
Gabinete Professores	-	-	-	24	-	-	2	24
Sala Professores	-	-	-	-	1	27	1	27
Sala Professores: Atendimento	-	-	1	27	-	-	1	27
Dormitório - Educação Pré-Escolar	-	-	1	76	-	-	1	76
Instalações Sanitárias Alunos	-	-	9	117	14	153	23	270
Circulação – Átrios/Corredores	3	132	11	843	11	662	5	1.637
Arrecadação Refeitório	2	25	9	167	1	90	22	282
Refeitório	-	-	-	-	1	527	1	527
Sala de Convívio-Bar Alunos	-	-	-	-	1	172	1	172
Área Técnica	-	297	-	-	-	-	3	297
Pavilhão Gimnodesportivo	3	420	-	-	-	-	1	420
Sanitários - Vestiários do Pavilhão Polivalente	1	90	-	-	-	-	2	90
Campo de Futebol	2	-	1	534	-	-	1	534
Parque Infantil	-	-	2	1.710	-	-	2	1.710
Piscina Coberta	-	-	1	880	-	-	1	880
Sanitários – Vestiários da Piscina	-	-	3	1.133	-	-	3	1.133
							Total Geral	10.370

233. O conjunto das instalações do CDDS distribui-se por dois blocos construtivos: o **Bloco Norte**, no qual se enquadram os espaços e serviços centrais e específicos, destinados à frequência do Segundo e Terceiro Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, e também os serviços de restauração, pavilhão e auditório, e o **Bloco Sul**, no qual se situam os espaços e serviços, reservados à frequência do Educação Pré-Escolar e Primeiro Ciclo do Ensino Básico, inclusivamente a piscina, as salas de *Ballet* e um pavilhão recreativo.

234. O elenco, algo exaustivo, dos espaços educativos, lúdicos, formativos, logísticos e humanos e os respetivos equipamentos desportivos, técnicos e funcionais, sem o olhar do contexto socializador e da matriz educativa e pedagógica, resultaria num rol puro de propriedade. Pelo olhar analítico, percebe-se, em todos estes espaços e equipamentos, uma estratégia educativa coordenada e integrada, ajustada à Comunidade Educativa e ao seu esforço inovador e humanizador. As unidades, áreas, distribuição, organização dos equipamentos e espaços evidenciam alguns vetores educativos determinantes, os quais demonstram coerência com os propósitos do Projeto Educativo.

235. Assinalam-se:

- **Modernização e atualização dos recursos, em favor da qualidade educativa** – Em todo o esforço de renovação da qualidade dos espaços, da sua boa organização, da implantação, dos novos equipamentos técnicos, da qualidade dos materiais novos introduzidos, da iluminação, verifica-se a consciência de que a modernização dos meios, dos instrumentos e recursos tem sido um passo importante para garantir a boa qualidade educativa. Percebe-se este esforço, há cerca de duas décadas, como uma atitude contínua de corresponder, com inovação, racionalidade e consolidação estratégica, aos grandes desafios da renovação educativa contemporânea. A renovação dos equipamentos desportivos e informáticos, o melhor e mais fácil acesso às fontes de informação e comunicação, a dotação de estruturas e espaços de apoio ao estudo, a substituição das carteiras dos alunos por modernos modelos confortáveis e concebidos segundo as regras da ergonomia têm sido alterações que, enquanto capacitam o CDDS para cumprir com maior eficácia a sua tarefa educativa, permitem também ao aluno desenvolver-se a si próprio, num ambiente aberto à modernidade de pensamento, ideias, métodos e formas de trabalho.
- **Otimização qualitativa da formação do aluno** – A qualificação progressiva dos espaços e dos equipamentos educativos está dirigida ao aluno e não constitui pura exibição tecnológica. Os investimentos mais recentes comprovam o propósito educativo dos investimentos. A criação de rede interna de acesso à internet, a disponibilização de complementos de formação extracurricular, a modernização da biblioteca, com soluções múltiplas de utilização, o investimento em equipamentos de novas tecnologias de comunicação nas salas de aula, os investimentos mais avultados na construção de novas instalações, a renovação do auditório, a reorganização do recreio, o reforço dos recursos de segurança (emergência e incêndio) têm demonstrado que essas modernizações visam a melhoria das condições em que o aluno aprende, cresce e se desenvolve, realizando a sua formação integral.
- **Conforto e humanização dos meios** – A inovação e modernização não têm esquecido uma das dimensões mais importantes do ambiente em que o aluno aprende e vive: a do conforto e humanização dos espaços. As condições físicas e materiais que se proporcionam aos alunos são a garantia de que o aluno se sente bem, que é bem recebido em espaço acolhedor, que se sente física e psiquicamente confortável nos espaços que vivencia e em que cria laços e referências educacionais que perdurarão na sua memória educativa. O aquecimento e climatização dos espaços das salas de aula, a modernização dos espaços de confeção da alimentação e das refeições, a introdução de notas caracteristicamente juvenis no espaço de convívio e bar, a disponibilidade de atenção de enfermagem e serviço médico proporcionam ao aluno o gosto pelo espaço onde aprende e essa satisfação produz motivação para entender o ensino–aprendizagem com maior empatia e simpatia.
- **Cuidado e reforço das condições de salvaguarda da higiene e saúde** – A garantia das condições de saúde e higiene nas salas de aula e instalações sanitárias, bem como as de maior dimensão de uso, como refeitório, biblioteca e pavilhão, foram dotadas dos equipamentos necessários à sua garantia, em contexto de pandemia, proporcionando aos alunos os meios de segurança para o uso das instalações do CDDS, cumprindo-se as normativas legais, e indo muito para além delas no cuidado, na frequência de higienização e nos equipamentos mecânicos de renovação e purificação do ar.
- **Identificação dos interesses do aluno** – A formação integral do aluno tem de estender-se às áreas de interesse e de crescimento do aluno. Porém, pela sua formação, o aluno desenvolve motivação e dimensões formativas novas que acompanham o seu crescimento. A disponibilização de espaços de exposição de trabalhos criativos e artísticos, a formação

artística em níveis e áreas específicas, a renovação das instalações com uma maior atenção à higiene e salubridade dos espaços e recursos, a valorização da luminosidade natural nos espaços de aprendizagem, a introdução de fontes de energia limpas e a modernização completa dos laboratórios, onde os alunos demonstram entusiasmo pelo ensino prático e experimental, têm comprovado que o investimento produzido na qualificação física e material do CDDS tem ido ao encontro das motivações e interesses formativos do aluno.

- **Organização educativa e socializadora dos espaços** – As grandes alterações construtivas, introduzidas na última década, permitiram que a distribuição dos alunos pelos espaços pudesse ser melhor organizada em função dos níveis etários e dos ciclos de ensino. Ganhou a circulação dos alunos, que acedem aos espaços educativos e destes aos recreios, às entradas do CDDS, aos equipamentos desportivos e ao refeitório com menos transtornos de circulação e de ruído. Garantiu-se a melhoria da socialização dentro da mesma faixa etária e alargou-se a outras faixas. Há, com esta nova organização, uma maior identificação afetiva do ciclo de ensino com o espaço físico que lhe corresponde, dentro das instalações do CDDS, o que permite responsabilizar os alunos, relativamente ao uso do património.
- **Abertura da Comunidade Educativa à sociedade** – O processo de modernização de recursos físicos, como a piscina, o auditório renovado, os espaços desportivos, têm permitido que o CDDS os coloque ao dispor dos Pais e Encarregados de Educação, criando, com isso, uma abertura diversificada e formativa para os alunos. O espaço deles converteu-se, também, no espaço das famílias, que passaram a interagir nas instalações do CDDS, não já nos curtos tempos de chegada e partida com os filhos, mas em momentos mais longos, em espaços mais extensos e momentos de partilha mútua que têm deixado marca educativa.

236. Oferta educativa e valências formativas

- A oferta educativa disponibilizada, desde a **Educação Pré-Escolar** ao Ensino Secundário, quer através da sequência dos planos curriculares, quer através da formação extracurricular e dos projetos e cursos, enquadra-se nas diretivas educativas e pedagógicas que emanam do Ideário Educativo e da Matriz Educativa e Pedagógica do CDDS.

Quadro 3 - Oferta Educativa, cultural, desportiva, técnica, artística e religiosa

Curricular	Projeto e Cursos	Formação Religiosa (Transversal aos vários ciclos)
Educação Pré-Escolar		
Primeiro Ciclo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inglês – 1.º e 2.º anos ▪ CRIE – 3.º e 4.º anos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Catequese ▪ Formação Bíblica ▪ Grupos de Pastoral Juvenil ▪ Participação em Encontros Nacionais e Internacionais de Juventude
Segundo Ciclo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cursos de línguas (Inglês, Francês, Alemão e Espanhol) no estrangeiro 	
Terceiro Ciclo		
Secundário Cursos Científico-Humanísticos: Ciências e Tecnologias Ciências Socioeconómicas Línguas e Humanidades Artes Visuais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grupo de Voluntariado ▪ Curso de Línguas (Inglês, Francês, Alemão e Francês) no estrangeiro 	

237. Assinalam-se:

- **Educação e formação sequencial de ciclos** – Na oferta educativa, tem persistido o cuidado de garantir unidade sequencial na progressão de ciclos, ora pelo acompanhamento dos docentes nos diferentes anos de cada ciclo, que têm garantido a estabilidade da aprendizagem sucessiva do aluno, ora na cooperação com os docentes, nas fases de transição de ciclo por parte dos alunos. Acresce, também, que o facto de os alunos ingressarem no CDDS no Pré-Escolar e início do Primeiro Ciclo tem permitido que à consolidação da oferta educativa se associe um conhecimento crescente das capacidades de cada aluno, bem como das suas dificuldades específicas, permitindo que a sequência curricular seja processada com maior acompanhamento e personalização educativa.
- **Inovações na oferta educativa** - No sentido de consolidar a sequência educativa, têm sido introduzidas inovações na oferta educativa da Educação Pré-Escolar, do Primeiro e Segundo Ciclos, mormente na disponibilização de formação nas línguas estrangeiras, nas tecnologias de informação e comunicação, reconhecidamente imprescindíveis como base de consolidação das aprendizagens nos ciclos posteriores. Nestes ciclos, a frequência de cursos de verão no estrangeiro ou oferta suplementar de tempos curriculares para consolidação das aprendizagens precedentes constituem estratégias de fortalecimento das ações educativas e formativas. Constitui fator inovador a introdução da certificação da aprendizagem das Línguas Estrangeiras, que abrange o percurso integral de formação ao longo dos ciclos.
- **Formação extracurricular** - A formação extracurricular tem sido cada vez mais diversificada relativamente aos interesses dos alunos e tem permitido desenvolver competências complementares e integrantes na formação dos mesmos. Estas áreas formativas têm suscitado progressivo e alargado interesse e são, atualmente, de frequência transversal a todos os ciclos curriculares.
- **Educação desportiva** - O CDDS é um espaço que contribui para o desenvolvimento cognitivo, social, psicomotor e afetivo da criança. O desporto, com as suas respetivas atribuições, oferece oportunidades para o desenvolvimento de competências que preparam os alunos para a obtenção de sucesso nos estudos e no exercício da sua cidadania. A vertente desportiva das atividades extracurriculares no CDDS pretende proporcionar a todos os alunos atividades de carácter recreativo/lúdico de formação, ou de orientação desportiva, tendo em vista a aquisição de competências físicas, técnicas e táticas. Existem, atualmente, múltiplas ofertas de desportos variados que têm sido do agrado geral de todos, confirmado pela participação entusiasmada e efetiva dos alunos.
- **Tempos livres** - As instalações do CDDS oferecem uma ampla gama de equipamentos pedagógicos e desportivos de várias modalidades. No CDDS, os alunos podem encontrar atividades de tempos livres, vocacionadas para a aprendizagem por meio de jogos e atividades de lazer. Não querendo sobrecarregá-los com escola depois da escola, pretende-se que tenham pedagogia e diversão em quantidade, qualidade e diversidade adequadas, pois ambos são importantes. Os alunos podem encontrar um leque diversificado de atividades de enriquecimento extracurricular, desde o futebol, natação, *hip-hop*, esgrima, ténis, voleibol, ginástica, karaté, *Ballet*, dança contemporânea e ainda atividades como a música, educação musical instrumental, mandarim, coro, orquestra *orff*, pintura e teatro, visando o complemento da formação global do aluno.
- **Valorização da descoberta e opção vocacional** – A oferta educativa, na organização e valorização do acompanhamento personalizado possível dos alunos, tem facultado a descoberta, por parte dos alunos, das suas tendências e opções vocacionais, permitindo-lhes desenvolver e consolidar os requisitos específicos das suas escolhas e formação futura. Permanentemente, existe atenção, da parte dos docentes, no sentido de encaminhar

vocacionalmente os alunos de acordo com as suas inclinações educativas próprias. Na fase de transição do terceiro ciclo para o Ensino Secundário, o CDDS disponibiliza aos alunos um acompanhamento independente e especializado, no sentido de ajudá-los a esclarecer as suas dúvidas opcionais, independentemente da sua intenção se encaminhar para a continuidade de frequência no CDDS ou não.

238. Oferta cultural científico-humanística diversificada

239. A oferta educativa do CDDS está centrada **numa cultura científico-humanística** diversificada e pretende corresponder às diferentes saídas profissionais e de formação superior que globalmente são solicitadas pela procura educativa. A flexibilidade na organização da oferta educativa, especialmente no Ensino Secundário, tem permitido inflexões ou alterações de opção formativa aos alunos, quando entendem modificar as suas opções iniciais. A herança histórica e estatística do CDDS, na sua tarefa educativa, comprova que a procura educativa crescente não tem tanto que ver com a grande diversidade da oferta educativa, mas mais com a qualificação progressiva da oferta existente, pelo que o presente Projeto Educativo incidirá, sobretudo, na análise das dificuldades ainda existentes neste campo específico e na estruturação de estratégias e ações que correspondam ao aumento e consolidação da inovação e qualificação educativa.

240. A oferta educativa do CDDS dispõe de um leque de opções diversificadas no âmbito das **Línguas Estrangeiras** (parceria com as entidades certificadoras), tendo em vista uma educação plurilingue, em consonância com as exigências do mercado de trabalho global. No âmbito da Língua Inglesa, o Colégio é, desde 2010, reconhecido como um *Cambridge English Preparation Centre* e a partir de 2018 passou a *Cambridge Educational Premium Partner*. A certificação das restantes línguas estrangeiras, designadamente de Alemão, Espanhol e Francês, é realizada em parceria com o *Instituto Goethe*, *Instituto Cervantes* e *Alliance Française*, respetivamente, no sentido de validar internacionalmente as competências dos alunos.

241. **Educação integral** – Correspondendo à visão educativa de educação integral, salvaguardada no Ideário Educativo, o CDDS disponibiliza aos alunos, livremente, e por opção dos Pais e Encarregados de Educação, relativamente aos alunos menores, e escolha pessoal, relativamente aos alunos maiores de 16 anos, a frequência de tempos de catequese, de cursos de formação bíblica e a integração dos mesmos em grupos de pastoral de adolescentes e jovens, que participam em encontros juvenis regionais, nacionais e internacionais. Esta disponibilidade de oferta educativa tem conhecido, nos últimos anos, um envolvimento por parte de alunos, docentes, antigos docentes e familiares dos alunos, com assinalável interesse coletivo, que culmina anualmente com celebrações sacramentais no termo do ano letivo. Esta formação é transversal a todos os ciclos.

38. Desafios Permanentes à Comunidade Educativa

242. Alunos: procura estável e consolidada

243. O corpo de alunos que frequenta o CDDS efetua, na sua maioria, todo o percurso de frequência escolar disponibilizado pelo CDDS, o que permite aos Alunos uma identificação continuada, crescente e aprofundada com o Projeto Educativo do CDDS. Os indicadores educacionais do CDSS evidenciam que a estabilidade da frequência tem sido proporcionada pelo modelo educativo respetivo, uma vez que tem vindo a desenvolver-se uma crescente e consolidada aproximação da formação aos valores educativos consagrados no Ideário

Educativo e no Projeto Educativo do CDDS, documentos estruturantes esses que enquadram nos planos essencial, estrutural, funcional e teleológico a consideração e as implicações do «Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória» no CDDS.

244. Corpo Docente dinâmico, cientificamente e pedagogicamente qualificado e criativo

245. As transformações que têm vindo a operar-se no corpo docente do CDDS têm constituído um dos seus maiores investimentos, na última década. Recorrendo à integração de profissionais com formação recente, com formação científica qualificada, e entrosando-os no corpo docente pré-existente, tem o CDDS conseguido a boa transição da mentalidade profissional, da atitude educativa, dos valores identitários da instituição e da cultura formativa de excelência que porfia. As diferenças etárias gradativas, a permuta de experiências profissionais, a partilha de informação têm sido a garantia de que a identidade educativa é assimilada e assumida pelas gerações mais recentes, o que tem acontecido de forma integrada e cooperativa.

246. **Um corpo docente estável** – O maior valor que decorre da análise ao corpo docente é o da estabilidade, que concede a tranquilidade profissional para uma boa realização profissional, para a dedicação a um projeto de educação com o qual se vai identificando progressivamente. Este valor é relevante, por garantir ao professor aperfeiçoar, por revisão contínua, o seu trabalho e motivar-se para desafios progressivos ante o melhor conhecimento que vai tendo da Comunidade Educativa e seus desafios constantes.

- As faixas etárias predominantes têm constituído fator de renovação didática e pedagógica ao mesmo tempo que a qualificação académica tem constituído um fator de maturidade científica e de amadurecimento na seletividade de conteúdos e na hierarquização dos mesmos.
- O presente Projeto Educativo convoca para a reavaliação do conformismo, para o desafio do futuro, tomando como ponto de partida a continuidade conseguida. Importa introduzir fatores de motivação pessoal, de cooperação no trabalho, de avaliação de ações e estratégias, de antecipar o não conquistado ainda, de perceber que o professor não existe em si e por si, mas, sobretudo, e em tudo, no aluno e pelo aluno e na sua progressão contínua.

247. **Proximidade de residência** – A grande maioria dos docentes reside em áreas relativamente próximas ao CDDS. Sendo aparentemente algo que se pode relativizar, crescem vantagens do ponto de vista da disponibilidade, da assiduidade e da articulação de horários de trabalho, mormente nas aulas de substituição. Por outro lado, os trabalhos do foro administrativo ou, até, os apoios educativos/salas de estudo, que ocorrem em horários pós-letivos, tornam-se menos problemáticos na sua resolução e programação, uma vez que a disponibilidade mais flexível dos docentes garante uma pluralidade de horários e articulações de trabalho mais fáceis.

248. **Compromissos extralectivos** – Muitos professores encontram-se, ainda, envolvidos na coordenação de atividades extracurriculares com os alunos, promovendo a complementaridade e pluralidade formativa mediante iniciativas que se repetem com novos alunos ou inovando com alunos que transitam de percursos extracurriculares já efetuados. Altera-se, aqui, a visão do professor, a interação com o aluno, produzida a um outro nível e com registo diferente, e concretiza-se a vontade de alargamento de saberes e partilha de conteúdos formativos.

- A existência de um número razoável de ações formativas extracurriculares tem suscitado

uma adesão progressiva dos alunos e uma consciência maior para a necessidade dos docentes se motivarem para a realização de iniciativas de complemento formativo, quer para os alunos, quer para os Pais e Encarregados de Educação. O projeto Educativo problematiza e suscita o surgimento de formas de participação educativa extracurricular.

249. Corpo não docente atencioso e diligente

250. A maioria do corpo não docente faz parte do quadro de pessoal efetivo, o que aduz uma relação afetiva com o CDDS e com os alunos ao longo do currículo. O conhecimento continuado dos alunos no seu setor de trabalho ao longo dos ciclos permite uma melhor interação e um cuidado preventivo de situações conflituosas ou ações inesperadas que afetem de modo desvantajoso, o conjunto dos alunos. O profissionalismo, próximo e familiar, com que interagem com os alunos transforma-os, frequentemente, em conselheiros ou referências modelares, construindo com os alunos relações de proximidade, amizade e respeito que se consolidam por décadas futuras.

- As habilitações que possuem, na globalidade, são ajustadas aos cargos que desempenham e é possível afirmar que, genericamente, a imagem que a Comunidade Educativa e os Pais e Encarregados de Educação possuem deles é de um corpo solícito, atento, generoso, disponível, presente, cumpridor e cooperador.
- As faixas etárias em que se integram atribuem-lhes maturidade e consciência profissional exemplares, sendo todo o seu trabalho, do mais exposto ao mais discreto, do mais simples ao mais exigente, reconhecido por toda a Comunidade Educativa.

251. Pais e Encarregados de Educação interessados e participativos:

- **Quadro plural** - O quadro de Pais e Encarregados de Educação resulta, por sucessão de gerações, de antigos alunos, de profissionais de ramos diversos que se identificam com o projeto Educativo do CDDS, de pais que buscam uma educação e formação complementar baseada nos princípios e valores da cultura cristã, de famílias que pretendem uma garantia sólida de segurança escolar, de pais que cultivam e pretendem transmitir aos descendentes uma metodologia de trabalho assente no rigor e exigência, de pais que necessitam do acolhimento proporcionado pelos horários letivos e de complemento letivo pelo CDDS, de encarregados de educação que anteveem, na qualidade da oferta educativa do CDDS, uma garantia de fiabilidade e competência na preparação para a frequência do ensino superior.
- **Habilitações** - Curiosamente, tem crescido o número dos Pais e Encarregados de Educação que possuem habilitações superiores e que se situam em faixas etárias mais novas, o que acentua a importância dada à qualificação da formação para o acesso ao ensino superior e à visão multifacetada, cívica e integral da formação que pretendem para os seus educandos.
- **Motivações de opção pelo CDDS** - Alguns aspetos singulares, no entanto, têm justificado a continuidade da opção dos Pais e Encarregados de Educação pelo CDDS, mormente os que estão ligados à satisfação das expectativas que criaram relativamente a ele.
- **Visitas diárias** - A entrada no CDDS está continuamente franqueada aos Pais e Encarregados de Educação, quer para prestação de informações relativamente ao seu educando, quer para o transporte dos alunos, quer para conhecimento dos espaços e modo de funcionamento do CDDS, quer para partilha de inquietações e alegrias educativas com os demais Pais e Encarregados de Educação que frequentam os mesmos espaços e têm horários similares.

- **Partilha educativa** - O conhecimento dos outros Pais e Encarregados de Educação e a partilha educativa constituem uma forma de divulgação e adesão maior ao Ideário Educativo do CDDS, fator de motivação e encorajamento nos momentos incertos e celebração conjunta pelos êxitos educativos dos educandos.
- **Confiança na qualidade educativa** - A ordem, civismo, organização e bom funcionamento do CDDS introduz, na avaliação educativa por parte dos pais e Encarregados de Educação, a confiança na qualidade educativa no CDDS relativamente ao bom acolhimento dos filhos, à qualidade da educação prestada, à sua qualificação futura como cidadão e contribui para o reconhecimento do bom investimento educativo efetuado em favor dos filhos.
- **Serviço à família** - A irregularidade de horários de trabalho, a multiplicidade de tarefas e compromissos profissionais que envolvem os Pais e Encarregados de Educação e a falta de sintonia com os horários dos filhos tem contribuído para que eles reconheçam as vantagens dos serviços de apoio ao estudo dos filhos, do serviço de refeições, das atividades extracurriculares e dos horários letivos do CDDS como favoráveis à boa coordenação da vida familiar, permitindo que filhos com frequência de ciclos diferentes frequentem a mesma instituição de ensino.
- **Acolhimento pré e pós-letivo** - Disponibiliza o CDDS um conjunto de atividades extracurriculares, sala de estudo e estudo acompanhado, que proporcionam aos alunos o acolhimento logo no início do dia e a continuação do seu acolhimento na parte final do dia. Este fator garante aos pais e encarregados de educação o apoio e segurança dos seus filhos até ao termo do tempo dos seus encargos profissionais.
- **Transporte escolar** - Os alunos de origem mais distante têm disponível serviço de transporte desde a sua proveniência até ao CDDS e viagem de regresso. Este recurso tem proporcionado a muitos encarregados de educação, de origens diversas, a escolha do CDDS como opção educativa para os seus educandos.
- **Contactos com os Pais e Encarregados de Educação** - Os contactos regulares e de urgência com os Pais e Encarregados de Educação, acerca de faltas dos alunos, progressão educativa, problemas de integração e de desempenho disciplinar, saúde ou outros, são efetuados de modo personalizado com os pais através de correio diário, telefone, correio eletrónico ou pela mediação do seu educando.

Daqui resulta um contato rápido, eficaz, que permite que os problemas se dirimam em período breve, que o conhecimento seja rápido e a intervenção dos pais junto dos filhos seja imediata. Estas formas de proximidade têm sido crescentemente valorizadas pelos Pais e Encarregados de Educação e pelo CDDS, pelos impactos produtivos que têm desencadeado.

- **Perspetivas de futuro**

O posicionamento educativo dos Pais e Encarregados de Educação tem sido o de recetores e consumidores educativos, em todo o bom sentido. Acresce que, avaliando as habilitações dos Pais e Encarregados de Educação e as experiências profissionais dos mesmos, pode considerar-se a organização de permutas educativas com os mesmos, enquadramentos e integrações educativas inovadoras, de forma progressiva, na formação e educação dos filhos.

O presente projeto Educativo considera novas formas possíveis de integração e incorporação dos Pais e Encarregados de Educação na formação dos filhos.

▪ Parceiros Educativos e colaboradores

As alterações nos processos educativos têm introduzido a consciência de que a parceria educativa, em contributos múltiplos, transporta para o interior do CDDS referentes, experiências e prestações formativas relevantes pela abertura que proporcionam da escola à sociedade. O CDDS dispõe de um grupo restrito de parceiros educativos, mas mantém relações de boa cooperação com colaboradores ocasionais que, ao longo do ano letivo, favorecem ações, facilitam escolhas, resolvem impasses e colaboram na boa consecução de toda a atividade educativa realizada no interior e no exterior do espaço do CDDS. As experiências dos últimos anos têm vindo a demonstrar a importância que as instituições, as empresas, os serviços têm desempenhado na cooperação educativa.

Quadro 4 - Parceiros educativos e colaboradores ocasionais

Parceiro e colaboradores	Especificação
▪ Cambridge Assessment English	Certificação da aprendizagem da Língua Inglesa
▪ Cambridge ESOL / Knightsbridge Examinations & Training Centre	
▪ Alliance Française	Certificação da aprendizagem da Língua Francesa
▪ Goethe Institut	Certificação da aprendizagem da Língua Alemã
▪ Instituto Cervantes	Certificação da aprendizagem da Língua Espanhola
▪ Escola Inglesa	Cursos intensivos de verão em países de língua inglesa
▪ Instituto Confúcio da Universidade do Minho	Aprendizagem de Mandarim
▪ Câmara Municipal de Braga	
▪ Centro de Saúde de Infias	
▪ Biblioteca Municipal Lúcio Craveiro da Silva	
▪ Quartel do Regimento de Cavalaria	
▪ Bombeiros Voluntários de Braga	
▪ Polícia de Segurança Pública	
▪ Empresas de transportes TUB	
▪ Universidade Católica de Braga	
▪ Museu D. Diogo de Sousa e outros	
▪ Associação de Escolas Braga/Sul	
▪ Hospital de Braga	
▪ Universidade do Minho	
▪ Agência Nacional	Projeto Erasmus + K2 – Dinamarca, Espanha, Finlândia, Itália, Grécia e Portugal.

39. Divulgação do Projeto Educativo e Documentos Orientadores e Reguladores

252. A divulgação do Projeto Educativo é essencial para o bom conhecimento de todas as estratégias educativas e ações que organizam a vida da Comunidade Educativa e para a interação dos intervenientes no processo educativo. Para a boa divulgação, convencionou-se que a mesma deve ser ajustada à natureza de cada interveniente no Projeto Educativo.

253. Procurar-se-á, também, que o acesso continuado ao PE possa ser efetuado de forma fácil, sobretudo nos espaços em que a sua consulta se torna indispensável, como as salas dos professores, salas de apoio aos professores e de atendimento, secretaria e salas de reunião de grupos disciplinares, departamentos e conselhos escolares.

254. Será facultado aos Pais e Encarregados de Educação o acesso à leitura e consulta dos IE, PE, PCE, RI e Preçário, disponíveis na Secretaria do CDDS, sempre que solicitados para a sua consulta ou esclarecimento.

Quadro 5 - *Divulgação e conhecimento dos Documentos Orientadores e Reguladores: IE, PE, PCE e RI*

Divulgação e conhecimento
<p>Docentes</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reunião Geral de Docentes, convocada para o efeito: <ul style="list-style-type: none"> ○ Grandes linhas educativas e pedagógicas do Ideário Educativo; ○ Compromissos educativos e formativos propostos na Matriz Educativa e Pedagógica; ○ Objetivos gerais do Projeto Educativo, do Projeto Curricular de Escola e Regulamento Interno. ▪ Reuniões dos Grupos e Áreas Disciplinares: <ul style="list-style-type: none"> ○ Análise geral sobre as linhas gerais do Projeto Educativo; ○ Implicações programáticas, didáticas, pedagógicas, educativas e formativas do Projeto Educativo; ○ Definição das estratégias educativas e formativas do Grupo Disciplinar, em coerência com o Projeto Educativo; ○ Plano Anual de Atividades do grupo disciplinar, em função do Projeto Educativo; ○ Compromissos educativos e formativos propostos na Matriz Educativa e Pedagógica; ○ Objetivos gerais e estratégicos do Projeto Educativo; ○ Modelos de avaliação contínua do Projeto Educativo no Grupo Disciplinar; ○ Avaliação intermédia do Projeto Educativo. ▪ Reuniões dos Conselhos de Turma: <ul style="list-style-type: none"> ○ Adequação do Projeto Curricular de Turma ao Projeto Educativo e ao Projeto Curricular de Escola; ○ Modelos de avaliação e de gestão de informação sobre a implementação do Projeto Educativo; ○ Modelos de avaliação contínua do Projeto Educativo; ○ Avaliação intermédia do Projeto Educativo.
<p>Alunos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reunião Geral de Alunos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Grandes linhas educativas e pedagógicas do Ideário Educativo; ○ Compromissos educativos e formativos propostos na Matriz Educativa e Pedagógica; ○ Objetivos Gerais do Projeto Educativo. ▪ Reunião com o Professor Titular de Turma/Diretor de Turma <ul style="list-style-type: none"> ○ Critérios Gerais de Avaliação; ○ Regulamento Interno. ▪ Reuniões com Professores <ul style="list-style-type: none"> ○ Critérios Específicos de Avaliação.
<p>Pais e Encarregados de Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reuniões de Pais e Encarregados de Educação: <ul style="list-style-type: none"> ○ Grandes linhas educativas e pedagógicas do Ideário Educativo; ○ Compromissos educativos e formativos propostos na Matriz Educativa e Pedagógica; ○ Objetivos gerais do Projeto Educativo. ▪ Disponibilização dos Documentos Orientadores e Reguladores na Secretaria do CDDS Disponibilização, a partir do início do ano letivo.

I. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

255. A avaliação do PE constitui um processo de retroação e regulação do processo educativo, em momentos calendarizados, no sentido de aferir o êxito das ações, medidas e estratégias contempladas no plano estratégico.

256. A avaliação do Projeto Educativo é, neste sentido, um instrumento de promoção da qualidade e eficácia educativa, um recurso de reflexão sobre a organização da estrutura educativa, dinamizador das boas práticas pedagógicas e da melhoria dos resultados.

257. Por ela será possível regular a ação educativa, aperfeiçoar o Projeto Educativo, mobilizar a Comunidade Educativa, qualificar a especialização dos intervenientes no processo de avaliação e concluir acerca do plano de divulgação, informação e comunicação do Projeto Educativo.

Quadro 6 - Avaliação do Projeto Educativo

1. Modelos de Avaliação		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação formativa do processo – A avaliação formativa acompanhará e monitorizará, de modo permanente, as estratégias e atividades realizadas através da recolha e tratamento de dados relativos à execução e desempenho do projeto, assumindo caráter descritivo, qualitativo, sistemático e contínuo: <ul style="list-style-type: none"> ○ Cumprimento da programação de cada uma das atividades; ○ Recursos utilizados; ○ Cumprimento da calendarização; ○ Participação dos intervenientes; ○ Propósitos educativos alcançados. ▪ Avaliação sumativa dos resultados – A avaliação sumativa será implementada no final dos diferentes ciclos do processo, de forma a qualificar o produto. Ela corresponde a um balanço final e a uma visão de conjunto do caminho percorrido, confrontando o produto obtido com os objetivos e propósitos educativos alcançados: <ul style="list-style-type: none"> ○ Elenco e mensuração dos resultados alcançados; ○ Elenco dos propósitos educativos e estratégias não conseguidos; ○ Elenco dos efeitos não esperados. 		
2. Critérios, objetivos e formulações a ponderar na avaliação		
Critérios	Objetivos	Formulações
1. Relevância	Avaliar em que nível os objetivos estabelecidos contribuem para resolver as dificuldades identificadas.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Quais são as dificuldades que se colocam no contexto do funcionamento e objetivos da escola? ○ Os objetivos definidos contribuem para resolver as dificuldades identificadas? ○ Que valor acrescentado traz o Projeto Educativo ao CDDS?
2. Coerência	Avaliar se os objetivos são coerentes com os recursos e se estes são suficientes para fazer face aos objetivos e ao calendário.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Os objetivos estão bem hierarquizados? ○ Os meios são proporcionais ao projeto? ○ O tempo calendarizado é suficiente?
3. Eficácia	Avaliar se os resultados ou propósitos educativos previstos foram atingidos, quais os desvios ou insucessos e sua justificação.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Os objetivos estratégicos foram alcançados? ○ Que desvios se verificaram e porquê? ○ Os desvios comprometem o objetivo central?
4. Impacto	Avaliar o nível de cumprimento dos objetivos centrais do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Os objetivos estratégicos foram alcançados? ○ Quais as alterações produzidas pelo Projeto Educativo? ○ Quais os principais beneficiários do projeto?
5. Eficiência	Avaliar a relação entre investimentos materiais e humanos e os resultados obtidos.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Será possível obter os mesmos resultados com maior contenção de recursos?

3. Objetivos da avaliação e indicadores	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pedagogia: <ul style="list-style-type: none"> ○ Clareza das dos propósitos educativos definidas; ○ Acolhimento e motivação dos intervenientes; ○ Qualificação das ações; ○ Qualificação das interações individuais e dos grupos; ○ Integração e incorporação de recursos; ○ Clareza e necessidade de instruções e orientações. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conteúdo: <ul style="list-style-type: none"> ○ Atualidade; ○ Adequação à Comunidade Educativa; ○ Qualidade da informação; ○ Níveis de comunicação.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção: <ul style="list-style-type: none"> ○ Mensuração qualitativa e quantitativa de resultados: alcançados e não atingidos; ○ Qualidade dos produtos alcançados; ○ Integração do produto e das renovações conseguidas na vida da CE. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Função <ul style="list-style-type: none"> ○ Alterações funcionais produzidas na CE; ○ Melhorias detetadas na organização e funcionamento da CE; ○ Inovações vantajosas reconhecidas no processo de ensino-aprendizagem; ○ Níveis de participação e ação.
4. Procedimentos	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição e elaboração dos instrumentos - Elaboração de instrumentos de análise da informação disponível (grelhas de análise do Projeto Educativo, indicadores de referência sobre os resultados obtidos, tratamentos estatísticos, listagem de problemas, obstáculos, recursos disponíveis, questionários, análise de documentos, observação direta). ▪ Recolha e utilização dos instrumentos de análise - Recolha de dados e utilização dos instrumentos, aplicando-os aos elementos da informação recolhida, e seu tratamento (elaboração de gráficos de evolução, estatísticas, tabelas). ▪ Acompanhamento e monitorização – Disponibilização dos dados e seu tratamento para que a Comunidade Educativa tome conhecimento da evolução do projeto Educativo. 	
5. Intervenientes	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A avaliação do Projeto Educativo inicia-se com a constituição, por parte da Direção, de um Grupo de Reflexão e Análise do Projeto Educativo existente e das necessidades de atualização legal, normativa, pedagógica, didática, de adequação social à Comunidade Educativa e atenção à evolução dos tempos, da sociedade e do saber científico, humanístico e tecnológico. ▪ Num segundo nível, a documentação de reflexão produzida pelo Grupo de reflexão e Análise do Projeto educativo será disponibilizada aos diferentes grupos de gestão e administração pedagógica para que ao nível dos departamentos e conselhos sejam recolhidas sugestões, recomendações, indicações e propostas a organizar e sistematizar. ▪ Entendida na sua globalidade, a implementação do projeto educativo envolverá a consulta à Comunidade Educativa, aos parceiros, a todos eles sendo reconhecido o contributo a prestar, no grau de intervenção a disponibilizar-lhes. ▪ O Grupo de Reflexão e Análise do Projeto Educativo, após estruturação da proposta, entregará à Direção o documento final a ser refletido, analisado e aprovado pelo Conselho Pedagógico, que o remeterá ao Diretor Pedagógico para homologação, publicação e divulgação. 	